DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, quinta- feira, 11 de agosto de 1977. ANO II - Nº 153

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 3.808 DE 08 DE AGOSTO DE 1977

Autoriza funcionários a concorrerem, mediante opção, às clientelas secundárias e geral, das diversas Categorias Funcionais do Plano de Classificação de cargos, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõem o artigo 7º da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e o artigo 14 do Decreto nº 2.373, de 24 de setembro de 1973; e

Considerando que as clientelas secundária e geral só devem ser implantadas à medida que o exigirem os interesses da Administração e que o Governo dispuser de recursos orçamentários para fazer face às respectivas despesas;

Considerando que até a presente data só foram implantadas as clientelas secundária e geral de apenas 16 (dezesseis) das 69 (sessenta e nove) Categorias Funcionais que integram o Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Distrito Federal;

Considerando que as opções por essas Clientelas foram formuladas com base no artigo 2º do Decreto nº 2.596, de 1º de setembro de 1975, há cerca, portanto, de quase dois anos atrás; e,

Considerando, finalmente, que o interesse da Administração é de que se faça, entre os funcionários ainda não incluídos no Plano, o mais amplo recrutamento para as clientelas secundária e geral, inclusive com o objetivo de reduzir ao mínimo o Quadro Suplementar de que trata o artigo 14, parágrafo único, da Lei nº 5.920, de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º - Os funcionários do Distrito Federal cujos cargos continuam classificados de acordo com os sistemas a que se referem a Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e Decreto - lei nº 274, de 27 de fevereiro de 1967, poderão concorrer, mediante opção, às clientelas secundária e geral ainda não implantadas, das diversas Categorias Funcionais que integram o Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.920, de 17 de setembro de 1973, desde que possuam o grau de escolaridade e habilitação profissional exigidos em cada caso.

Art. 2º - Observada a programação aprovada para a realização das clientelas secundária e geral, a Coordenação do Sistema de Pessoal fixará, em Edital, para cada Categoria Funcional, o prazo para a opção a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º - Os funcionários que já tiveram optado pelas clientelas de que trata este Decreto, com base no artigo 2º do Decreto nº 2.996, de 1º de setembro de 1975, não estarão obrigados a formular nova opção, salvo se desejarem optar por clientela secundária ou geral de Categoria Funcional diversa da escolhida inicialmente.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, a nova opção implicará, necessariamente, no cancelamento da opção feita com base no artigo 2º do Decreto nº 2.996, de 1975.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977
89º da República e 18º de Brasília
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

Secretaria de Administração

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 40.250/76,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item II, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Pedreiro, nível 9 - B, ALBERTO NUNES VERAS, matrícula nº 16.403, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 36.914/76,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item II, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Marceneiro, nível 8 - A, JOAQUIM ALMEIDA, matrícula nº 15.479, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 27.380/76,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item II, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente Administrativo, Classe "B", Código SA - 401.3, SIZENANDO DE SOUZA VIEIRA, matrícula nº 11.681, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 17.927/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos dos artigos 176, item III, e 181, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Técnico de Laboratório, nível 12 - A, LÁZARO JOSÉ DE SOUZA, matrícula nº 5.163, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 37.278/76,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item II, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Trabalhador, nível 1, JOSÉ FRANCISCO DE MENDONÇA, matrícula nº 17.346, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 7.954/75,

RESOLVE:

Demitir, por abandono de cargo, o funcionário BENEDITO CHAVITA DE SOUZA, Motorista Oficial, Classe "A", Código TP - 601.3, matrícula nº 6.678, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, nos termos do inciso II e parágrafo 1º do artigo 207, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 23.311/76,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item II, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Mecânico de Motores a Combustão, nível 9 - B, SALUSTIANO MARQUES DE SOUZA, matrícula nº 8.953, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 20.061/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Trabalhador, nível 1, HENOQUE RAMOS CUNHA, matrícula nº 11.916, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 3.575/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos dos artigos 176, item III, e 181, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial", será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.
- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.
- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.
- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.
- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL

do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti 6º andar

Telefones: Direto: 25.7803 - PABX - 25 6830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 168,00
Semestral ..... Cr$ 84,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 132,00
Semestral ..... Cr$ 66,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 60,00 anuais.

NUMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

- Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se, em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nitida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

- (Decreto Nº 3.282 de 15.06.76 - "DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199/SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24/06/76).

cargo de Agente de Portaria, Classe "C", Código TP - 602.4, ANTONIO DE PÁDUA SILVA, matrícula nº 14.104, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

Secretaria de Serviços Públicos

DECRETO DE 10 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, MAURO CALDEIRA DE MIRANDA RIBEIRO, matrícula 18.547, do Cargo em Comissão, código DAS - 101.2, de Diretor do Departamento de Serviços Públicos da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL 10 DE AGOSTO DE 1977

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO DE 10 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear JOSÉ ROBERTO ARRUDA, Engenheiro da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, para exercer o Cargo em Comissão, código DAS - 101.2, de Diretor do Departamento de Serviços Públicos da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL 10 DE AGOSTO DE 1977
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO DE 10 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar MARCOS THADEU RODRIGUES para exercer a Função em Comissão, símbolo FC - 08, de Secretário - Datilógrafo do Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL 10 DE AGOSTO DE 1977
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ GERALDO MACIEL

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar JOSÉ GOIS DO PARAISO SOBRINHO, Agente de Polícia "C", Código PC - 205.3, matrícula nº. 30.417, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão Símbolo FC - 8, de Chefe da Seção de Expediente da Escola de Polícia da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977.

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar ILNÁ NOLETO DE MORAIS, Agente Administrativo, SA 401.4, matrícula nº. 31.967, do Quadro de Pessoal do DF, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC - 08, de Chefe da Seção de Expediente, da Divisão de Pessoal, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a partir de 03 de agosto do corrente ano.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar LINDOMAR OLIVEIRA, Escrivão de Polícia "B", Código PC - 204.3, matrícula 31.077, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC.6, de Chefe do Cartório da Delegacia de Menores, da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar SÉCIA DA GLÓRIA RODRIGUES, Agente Administrativo, Código SA - 401.4, matrícula nº 32.235, do Quadro de Pessoal do DF, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC - 8, de Secretária - Datilógrafa, da Divisão de Pessoal, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a partir de 03 de agosto do corrente ano.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar a Bacharela MARIA DAS GRAÇAS LOPES BARBOSA, Agente Administrativo, Código SA - 401.4, matrícula nº 31.991, do Quadro de Pessoal do DF, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC- 6, de Chefe da Seção de Direitos e Deveres, da Divisão de Pessoal, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a partir de 03 de agosto do corrente ano.

Distrito Federal, 08- de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, JOAQUIM ANTONIO DE CARVALHO, matrícula nº 33.249, da Função em Comissão, Símbolo FC - 8, de Chefe da Seção de Expediente da Escola de Polícia da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a partir de 01 de agosto do corrente ano.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977.

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, MARCOLINO ROSA DE SOUZA, Escrivão de Polícia "B", Código PC - 204.3, matrícula 33.261, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC - 6, de Chefe do Cartório da Delegacia de Menores, da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretária de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977.

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar a Bacharela MARIA DAS GRAÇAS LOPES BARBOSA, Agente Administrativo, Código SA - 401.4, matrícula nº 31.991, do Quadro de Pessoal do DF, da Função em Comissão, Símbolo FC - 8, de Secretária - Datilógrafa, da Divisão de Pessoal, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a partir de 03 de agosto do corrente ano, por ter sido designada para exercer outra função.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar SÉCIA DA GLÓRIA RODRIGUES, Agente Administrativo, Código SA - 401.4, matrícula nº 32.235, do Quadro de Pessoal do DF, da Função em Comissão, Símbolo FC - 8, de Chefe da Seção de Expediente, da Divisão de Pessoal, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a partir de 03 de agosto do corrente ano, por ter sido designada para exercer outra função.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, LINDOLFO CAMPELO DA LUZ, Agente de Polícia, Código PC - 205.3, matrícula nº 33.826, do Quadro de Pessoal do DF, da Função em Comissão, Símbolo FC - 6, de Chefe da Seção de Direitos e Deveres, da Divisão de Pessoal, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a partir de 03 de agosto do corrente ano.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

Procuradoria Geral

DECRETO DE 05 DE AGOSTO DE 1977.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar NILDA ALMADA CRUZ, Professora de Ensino Elementar, Nível 13, Matrícula nº 8.585, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC- 05, de Chefe da Seção de Registro e Controle de Feitos, da Divisão de Assuntos Administrativos da 1a. Subprocuradoria Geral, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.
Distrito Federal, em 05 de agosto de 1977.

ELMO SEREJO FARIAS
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO

DECRETO DE 05 DE AGOSTO DE 1977.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar NILDA ALMADA CRUZ, Professora de Ensino Elementar, Nível 13, Matrícula nº 8.585, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC- 03, de Assessora Auxiliar da 3a. Subprocuradora Geral, da Procuradoria Geral do Distrito Federal, por ter sido designada para outra Função.
Distrito Federal, em 05 de agosto de 1977.

ELMO SEREJO FARIAS
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 20.419/77
INTERESSADO: MÉA SILVA DE ARAÚJO - Mat. 035 - CLT/IDR
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (Ministério da Agricultura - COBAL)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento, com prejuízo de seus salários, enquanto perdurar a investidura no Cargo em Comissão que irá exercer na COBAL.

Brasília, 02 de agosto de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.

Brasília, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 17.695/77
INTERESSADO: MOISÉS DE ALMEIDA - Insc. 80.178 - FEDF.
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - GABINETE CIVIL).

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento nos termos do artigo 5º item IV do Decreto nº 2.628/74, sem prejuízo dos seus salários.

Brasília, 04 de agosto de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.

Brasília, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 506.597/77
INTERESSADO: KÁTIA HENRIQUES JÁCOMO - Mat. 110475 - 06 - FHDF CLT
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

KÁTIA HENRIQUES JÁCOMO, Médica, matrícula nº 110475 - 06, contratada da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, solicita sua dispensa de ponto para participar do XII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PATOLOGISTAS, realizado em São Paulo - SP, no período de 17 a 22 de julho próximo passado.

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal manifestou - se favoravelmente, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 2.814/74, sugerindo que a medida se estenda a todos os profissionais que participaram do referido conclave.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja autorizada a dispensa de ponto dos servidores que, comprovadamente, compareceram ao evento, nos termos do artigo 1º, do Decreto mencionado.

Brasília, 05 de agosto de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.

Brasília, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 506.565/77
INTERESSADO: VERA LÚCIA FERREIRA AMORIM - Mat. 105844 - 04 - FHDF/CLT
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

VERA LÚCIA FERREIRA AMORIM, Médica, matrícula nº 105844 - 04, contratada da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, solicita sua dispensa de ponto, para participar do VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE MICROBIOLOGIA, realizado no Rio de Janeiro - RJ, no período de 24 a 28 de julho próximo passado.

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal manifestou - se favoravelmente, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 2.814/74, sugerindo que a medida se estenda a todos os profissionais que participaram do referido conclave.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja autorizada a dispensa de ponto dos servidores que, comprovadamente, compareceram ao evento, nos termos do artigo 1º, do Decreto mencionado.

Brasília, 05 de agosto de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.

Brasília 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 429.608/77
INTERESSADO: JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI E OUTRAS
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

A Fundação Educacional do Distrito Federal, solicita a dispensa de ponto das servidoras JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI, Diretora do Departamento Geral de Pedagogia, Símbolo EC - 01, matrícula nº 7.869, MASAYA KONDO, Chefe do Núcleo de Teleducação da DAP/DGP, símbolo EC- 06, matrícula nº. 85.803 -, GEYSA DE FREITAS MENDONÇA, Assistente da Direção de Ensino Supletivo, símbolo EC - 05, matrícula nº 4.965, e MARIA CELESTE GOMES MURARO, Diretora de Ensino Regular do DGP, símbolo EC - 02, matrícula nº 7.092, que participaram do SEMINÁRIO NACIONAL DE TELEDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, realizado em São Paulo - SP, no período de 27 de junho a 02 de julho de 1977.

A Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal manifestou - se favoravelmente, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 2.814/74.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja autorizada a dispensa de ponto às servidoras acima mencionadas, desde que comprovem o comparecimento ao evento, nos termos do artigo 1º do Decreto mencionado.

Brasília, 04 de agosto de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.

Brasília, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº.: 430.003/77
INTERESSADO: WILTON NEVES - Inscrição nº. 84.584 - CLT - FEDF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento, até 31 de dezembro de 1977, sem prejuízo dos seus salários, nos termos do artigo 8º., do Decreto nº. 2.628, de 22 de maio de 1974.

Brasília, 04 de agosto de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº.: 007.954/75
INTERESSADO: BENEDITO CHAVITA DE SOUZA
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO

Senhor Governador:

A Comissão de Processo Administrativo designada para apurar os fatos no Processo nº. 007.954/75, conforme Portaria de 20 de janeiro de 1977, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº. 23, do dia 22 de fevereiro do corrente ano, concluiu os seus trabalhos no entendimennto de que o servidor BENEDITO CHAVITA DE SOUZA, Motorista Oficial, Classe A, Código TP- 601.3, matrícula nº. 6.678, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ao faltar ao serviço injustificadamente, no período compreendido entre 09 de janeiro de 1975 a 31 de janeiro de 1976 e de 1º. de março de 1976 a 31 de janeiro de 1977, incorreu em abandono de cargo, ilícito definido no parágrafo 1º., do art. 207 da Lei nº. 1.711/52.

Diante dos elementos reunidos nos autos e considerando que ao indiciado revel foi oferecida ampla oportunidade de defesa, mediante a designação de defensor de ofício, acolho as conclusões da Comissão processante e proponho a Vossa Excelência a demissão do referido servidor BENEDITO CHAVITA DE SOUZA, qualificado nos autos, com base no art. 201, inciso V, combinado com o art. 207, inciso II, parágrafo 1º., todos da Lei 1.711/52.

Brasília, 03 de agosto de 1977.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo.
Lavre- se o ato demissório.
Brasília, 08 de agosto de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

Atestado nº. 2077/77 - DSM
Interessado: Juarez Vilanova
Matrícula: 09.844
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde.
Despacho: Concedo no período de 01.08.77 a 04.09.77, nos termos dos artigos 93, 97 e 98 da Lei 1.711/52

Laudo nº. 1897/77 - DSM
Interessado: Antonio Pedro da Silva
Matrícula: 15.911
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde.
Despacho: Concedo no período de 01.08.77 a 15.08.77, nos termos dos artigos 93, 97 e 99 da Lei 1.711/52.

Brasília, 04 de agosto de 1977

GILBERTO ROSSI

Chefe da Seção de Pessoal e Finanças
CPDF

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete, às nove horas, na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília, teve início a Septuagésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal sob a presidência do Senhor Governador ELMO SEREJO FARIAS e a participação dos Senhores Conselheiros JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, NID DUTRA D'AMORIM, FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA, ALCEBÍADES DE QUEIROZ BARATA e STÊNIO DE ARAÚJO BASTOS e do Secretário que a esta subscreve. Após a verificação do "quorum", o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi dada a posse ao Engenheiro STÊNIO DE ARAÚJO BASTOS que, por ato do Senhor Governador, foi re- reconduzido às funções de Conselheiro deste Colegiado pelo período de dois anos, nos termos do artigo 2º., do Regimento do CAU- DF, aprovado pelo Decreto nº. 3679, de 10 de maio de 1977. Dando prosseguimento, foram relatados os processos constantes da Ordem do Dia: Processo nº. 014.949/77, de interesse do Banco Nacional S/A, relatado pelo Conselheiro FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA. O Conselho com o voto do relator decidiu alterar o disposto no item dois do gabarito constante da Planta SCS- PR 21/1, referente a destinação de subsolos, na forma seguinte: 2 - Obrigatoriedade de três subsolos, no mínimo, para a projeção vinte e dois, com a seguinte destinação: 2.1 - 1º. subsolo - além de garagem, salas para arquivo morto, sanitário, copa, caixa forte, ar condicionado e comando de eletricidade. Estas dependências serão exclusivamente para complemento da agência bancária de que trata este processo e não podem obstruir a livre circulação de veículos que buscam estacionamento. 2.2 - Os demais subsolos serão destinados exclusivamente a garagem. O Processo nº. 001.696/77, de interesse da Secretaria de Viação e Obras, foi baixado em diligência àquela Secretaria para proceder a juntada de plantas de situação e demais informações complementares. O Processo nº. 024.543/76, de interesse de Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRÁS, foi relatado pelo Conselheiro FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA. O Conselho, acolhendo o voto do relator, decidiu criar a área situada no Setor de Áreas Isoladas Norte - Estrada Parque Península Norte, de interesse da Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRÁS, conforme definição contida na Planta SAI - EP 86/1, às folhas vinte e dois deste processo. O Processo nº. 916.967/72, de interesse de Planalto Promoções e Informações S/A - Rádio Planalto, foi relatado pelo Conselheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES. O Conselho, acolhendo o voto do relator, decidiu aprovar a proposição da Secretaria de Viação e Obras no sentido da criação da Área Isolada definida pela Planta SAI- EP 51/1, às folhas trinta e oito e trinta e nove deste processo, situada às margens da Estrada Parque Taguatinga e destinada à instalação dos transmissores e serviços complementares daquela Rádio. O Processo nº 011.825/77, de interesse da Secretaria de Serviços Públicos, foi relatado pelo Conselheiro NID DUTRA D'AMORIM. O Conselho, acolhendo o voto do relator, decidiu aprovar a proposição da Secretaria de Viação e Obras, no sentido de renumeração dos Setores de Habitação Individual Norte e Sul, conforme os constantes às folhas dois a doze do presente processo, integrante do Plano Diretor de Sinalização do Distrito Federal, objeto de convênio firmado entre o Governo do Distrito Federal e a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. O Processo nº. 001.490/77, de interesse do Departamento de Polícia Federal, foi relatado pelo Conselheiro NID DUTRA D'AMORIM. O Conselho, acolhendo o voto do relator, decidiu aprovar a

Planta SAI- EP 91/1, que define o acréscimo da área destinada ao Departamento Nacional de Polícia Federal. O Processo nº. 017.719/77, de interesse da SEICHO - NO- EI DE BRASILIA, foi relatado pelo Conselheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES. O Conselho, acolhendo o voto do relator, decidiu referendar a autorização concedida pelo Governador do Distrito Federal, no sentido da construção de monumento em área fronteira ao Templo SEICHO- NO- EI, situada na Superquadra Sul 404, cuias caracteristicas estão contidas neste Processo. O Processo 688106/77, de interesse da Companhia Imobiliaria de Brasilia - TERRACAP, foi relatado pelo Conselheiro STÊNIO DE ARAÚJO BASTOS. O Conselho, acolhendo o voto do relator, decidiu aprovar a proposição da Secretaria de Viação e Obras no sentido da criação do Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos de Taguatinga, em área definida através da Planta SGCV- II EP- 1/1. Deverá constar da referida planta a seguinte nota: "Esta planta suprime o lote um - Área para Centro Esportivo, destinada à Administração Regional de Taguatinga - Setor de Areas Isoladas Sul, criada pela Planta SAI-Sul 153/1, de 06.10.70, registrada em Cartório. Por fim, no item III - Processos e Assuntos Gerais, foi estudado o Processo nº. 667.843/77, de interesse da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, distribuído ao Conselheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES. O Conselho, com o voto do relator, decidiu criar a Área Especial nº. 57- SIA, designada na Planta SAI - PR 44/1, às folhas vinte e um e vinte e dois deste processo, destinada à Usina de Pasteurização da Cooperativa Rural de Goiás Ltda. As treze horas e dez minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e determinou a lavratura desta ata em livro próprio que, depois de aprovada, vai assinada por todos os presentes. Brasília, 28 de julho de 1977.

Presidente: ELMO SEREJO FARIAS; Conselheiros: JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES; NID DUTRA D'AMORIM; FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA; ALCEBÍADES DE QUEIROZ BARATA; STÊNIO DE ARAÚJO BASTOS; Sec. Administrativo: JOEL GUILHERME DE MEDEIROS.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

DESPACHOS

E.M.
Nº 22/77 - SEA Brasília, 08 de agosto de 1977

Excelentíssimo Senhor Governador:

Há cerca de dois anos, ao ser editado o Decreto nº 2.996, de 1º de setembro de 1975, que aprovou a lotação dos diversos órgãos a que deverá atender o novo Quadro de Pessoal do Distrito Federal, foi fixado o prazo de 8 (oito) dias para que os funcionários interessados em concorrerem, como integrantes de clientela secundária ou geral, a Categoria Funcional diversa daquela de que constituiam clientela originária, optassem, nesse sentido, perante a Coordenação do Sistema de Pessoal.

Acontece, entretanto, que nestes dois anos que decorreram da expedição do Decreto nº 2.996, de 1975, e, portanto, do encerramento do prazo fixado para as opções a que acima se refere, só foi possível a implantação das clientelas secundária e geral de apenas 16 (dezesseis) das 69 (sessenta e nove) Categorias Funcionais que integram os diversos Grupos do novo Plano de Classificação de Cargos.

Tal fato deve ser considerado como perfeitamente normal, pois as clientelas secundária e geral só devem ser implantadas à medida que o exijam os interesses da Administração e que o Governo diponha de recursos orçamentários para fazer face às respectivas despesas. Este é o motivo, aliás, por que a implantação de tais clientelas, diferentemente, do que ocorre com a clientela originária, só se faz sem efeito retroativo, conforme determina o artigo 10 do Decreto - lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974.

Por outro lado, esta demora, que deve ser considerada normal, na implantação das clientelas secundária e geral está a recomendar um novo procedimento com relação às opções por essas clientelas.

De fato, o interesse maior da Administração, é que a essas clientelas seja dado acesso a todos aqueles cujos cargos continuam classificados de acordo com os sistemas a que se referem a Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e Decreto - Lei nº 274, de 27 de fevereiro de 1967.

Tal procedimento, que atenderia ainda ao objetivo de minimizar ao máximo o Quadro Suplementar de que trata o artigo 14, parágrafo único, da Lei 5.920, de 19 de setembro de 1973, facilmente poderá ser obtido com a reabertura das opções pelas clientelas secundária e geral, à medida que a Administração se for decidindo pela implantação de tais clientelas.

Nestas condições, consubstanciando a solução acima indicada, a Secretaria de Administração elaborou o anexo projeto de decreto, que tenho a honra de submeter à apreciação e assinatura de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, as expressões do meu mais alto apreço e profundo respeito.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

(NOTA: - Assinado o Decreto nº 3.808, de 08 - 08 - 1977)

PROCESSO Nº.: 19.913/77
INTERESSADO: TEREZINHA LUCAS EVANGELISTA
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Não há acumulação a apreciar. Pelo encaminhamento do presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para verificar o cumprimento do horário".

Brasília, 26 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Membro
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Membro
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
Membro
RAMILTON BERNARDES PEREIRA
Membro Suplente

Senhor Secretário de Administração:

Encaminho à aprovação de V.Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Brasília, 03 de agosto de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Encaminhe- se o presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

Brasília, 03 de aaosto de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 505.911/77
INTERESSADO: PILAR DE LA FUENTE PIÑAN
ASSUNTO: ACUMULAÇAO DE CARGOS
RELATOR: ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO

DECISAO:

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Não há acumulação a apreciar. Pelo encaminhamento do presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência da interessada e posterior arquivamento".

Brasília, 26 de julho de 1977

EUCARIO GODINHO FILHO
Presidente

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Membro

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Membro

ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
Membro

RAMILTON BERNARDES PEREIRA
Membro - Suplente

Senhor Secretário de Administração:

Encaminho à aprovação de V. Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Brasília, 03 de agosto de 1977

EUCARIO GODINHO FILHO
Presidente

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Encaminhe - se o presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

Brasília, 03 de agosto de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 429.574/77
INTERESSADO: MARIA JOSÉ DA FONSECA MAIA - Mat. 7.326/FEDF
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

Concedo, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978/75, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 08 de agosto de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR

Atos do Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 432/77 - IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 22, Inciso XXVII, Capítulo I, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº. 3122, de 31 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Designar LUCY DE OLIVEIRA SANTOS, Assistente Social da Fundação Educacional do Distrito Federal; KLARA ELSA SCHULTZ, Assistente Social da Fundação Educacional do Distrito Federal; WANDA COELHO SANTIAGO, Assistente Social da Fundação Educacional do Distrito Federal; NEDA LIVIA GUIMARÃES D'OLIVEIRA, Assistente do Núcleo de Recrutamento e Seleção do IDR; SUZANA LIGIA SIMÕES UNGARELLI, Psicóloga; para, sob a presidência da primeira, comporem a Banca Examinadora da prova escrita do Concurso Público para Assistente Social, conforme Edital nº. 082/77- IDR.

Brasília, 06 de agosto de 1977

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

ATOS DO COORDENADOR

PROCESSO Nº.: 107.896/77
INTERESSADO: SEVERINO COELHO DE MATOS
ASSUNTO: ADIANTAMENTO

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º., inciso II, alínea "c", do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1.971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º., inciso II, do Decreto nº. 3.537, de 30 de dezembro de 1.976, dispenso a licitação para aquisição de pães velhos para serem utilizados como isca na Campanha de Desratização, pelo servidor SEVERINO COELHO DE MATOS, no valor de Cr$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros).

Em 26 de maio de 1977

TIBAGY DE CASTILHO
Coordenador do Sistema de Material em Exercício.

PROCESSO Nº.: 137.003/77
INTERESSADO: SEBASTIÃO RODRIGUES DE SOUZA
ASSUNTO: ADIANTAMENTO NO VALOR DE Cr$ 8.000,00 (OITO MIL CRUZEIROS).

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º., inciso I, alínea "f", e inciso II, alínea "c", do Decreto nº. 1703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º., inciso II, do Decreto nº. 3.537, de 30 de dezembro de 1.976, dispenso a licitação para compra de gêneros alimentícios pelo servidor SEBASTIÃO RODRIGUES DE SOUZA, até o valor do adiantamento, diretamente da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S.A. - SAB., e até o valor de Cr$ 4.388,50 (quatro mil, trezentos e oitenta e oito cruzeiros e cinquenta centavos) de outros fornecedores.

Em 28 de julho de 1.977

TIBAGY DE CASTILHO
Coordenador do Sistema de Material Substituto

PROCESSO Nº.: 054.083/77
INTERESSADO: GILBERTO ROSSI
ASSUNTO: ADIANTAMENTO NO VALOR DE Cr$ 5.000,00 (CINCO MIL CRUZEIROS).
DESPACHO: Nos termos do artigo 3º., inciso I, alínea "f", do Decreto nº. 1.703 de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 31, parágrafo 3º., inciso II, do Decreto nº. 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra de gêneros alimentícios, diretamente da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S.A. SAB., até o valor do adiatamento.
Em 03 de agosto de 1.977

TIBAGY DE CASTILHO
Coordenador do Sistema de Material Substituto

PROCESSO Nº.: 158.781/77
INTERESSADO: MARIA INÊS MONDADORI DE OLIVEIRA
ASSUNTO: ADIANTAMENTO NO VALOR DE Cr$ 10.000,00 (Dez mil cruzeiros)

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º., inciso I, alínea "f" do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º., inciso II, do Decreto nº. 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra de gêneros alimentícios, diretamente da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S.A. - SAB., até o valor do adiantamento.

Em 03 de agosto de 1977

TIBAGY DE CASTILHO
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº.: 054.213/77
INTERESSADO: PEDRO ERNESTO DOS SANTOS FILHO
ASSUNTO: ADIANTAMENTO NO VALOR DE Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros)

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º., inciso I, alínea "f" e inciso II, alínea "c", do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1.971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º., inciso II, do Decreto nº. 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para a compra de gêneros alimentícios pelo servidor PEDRO ERNESTO DOS SANTOS FILHO, até o valor do adiantamento, diretamente da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S.A. e até o valor de Cr$ 4.388,50 (quatro mil, trezentos e oitenta e oito cruzeiros e cinquenta centavos) de outros fornecedores.

Em 03 de agosto de 1.977

TIBAGY DE CASTILHO
Coordenador do Sistema de Material Substituto

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

1659ª. Reunião (Ordinária)

Processo nº.: 18583/77
Interessado: Só Frango Comercial Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF (reconsideração)
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide reconsiderar a decisão tomada na 1.648ª. Reunião (Ordinária), para deferir o pedido da requerente, autorizando a expedição do Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar de sua emissão.

A firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis no GMC-18.

Publique- se e encaminhe- se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências complementares.

Em, 21 de julho de 1977

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação em exercício

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

SECRETARIA DE SAÚDE

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

BOLETIM Nº. 17/77- SP- SES. Em 27.07.77

FALTAS RELEVADAS - Art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Mª. do Rosário L. da Silva
Matrícula: 5.363
Atestado: 131/77- HRP
Período: 06.06.77

Servidor: Mª. Amélia Fagundes
Matrícula: 8.186
Atestado: 768/77- HRAS
Período: 07.07.77 a 08.07.77

Servidor: Antonia R. Tavares
Matrícula: 8.535
Atestado: 35/77- BM- HRG
Período: 23.06.77

Servidor: Julcineide D. Ponte
Matrícula: 8.604
Atestado: 36/77- BM- HRG
Período: 01.07.77

LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE- Arts. 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: Mª. das Dores B. Coqueiro
Matrícula: 5.276
Atestado: 165/77- HB- DF
Período: 03.07.77 a 12.07.77
OBS: os dias 03, 04 e 05.07.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Mª. da Glória S. dos Santos
Matrícula: 5.287
Atestado: 158/77- HB- DF
Período: 21.06.77 a 20.07.77
OBS: os dias 21, 22 e 23.06.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Newton Casemiro
Matrícula: 5.437
Atestado: 1703/77- DSM- CSP- SEA
Período: 24.06.77 a 10.08.77
OBS: Os dias 24, 25 e 26.06.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Olívio Souza Santos
Matrícula: 5.461
Atestado: 1807/77- DSM- CSP- SEA
Período: 06.07.77 a 13.07.77
OBS: os dias 06, 07 e 08.07.77, são faltas relevadas conforme Art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Hélio Vaz
Matrícula: 5.747
Atestado: 159/77- HB- DF
Período: 01.07.77 a 15.07.77
OBS: os dias 01, 02 e 03.07.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Gecy Ribeiro dos Santos
Matrícula: 5.780
Atestado: 156/77- HB- DF
Período: 23.06.77 a 04.07.77
OBS: os dias 23, 24 e 25.06.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Violanda Moreira Barbosa
Matrícula: 6.233
Atestado: 162/77- HB- DF
Período: 01.07.77 a 20.07.77
OBS: os dias 01, 02 e 03.07.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Helena G. Magalhães
Matrícula: 8.214
Atestado: 167/77- HB- DF
Período: 08.07.77 a 22.07.77
OBS: os dias 08, 09 e 10.07.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

Servidor: Mª. Adriano Silva
Matrícula: 12.106
Atestado: 161/77- HB- DF
Período: 14.06.77 a 30.06.77
OBS: os dias 14, 15 e 16.06.77, são faltas relevadas de acordo com o art. 123 da Lei 1711/52

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE- Arts. 93, 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: Joaquim D. de Oliveira
Matrícula: 0.747
Atestado: 1790/77- DSM- CSP- SEA
Período: 04.07.77 a 18.07.77

Servidor: Laura Rezende Maranhão
Matrícula: 5.158
Atestado: 1872/77- DSM- CSP- SEA
Período: 12.07.77 a 10.08.77

Servidor: Luzia Viana da Costa
Matrícula: 5.207
Atestado: 1754/77- DSM- CSP- SEA
Período: 26.06.77 a 31.08.77

Servidor: Mª. Selma da Silva
Matrícula: 5.367
Atestado: 157/77- HB- DF
Período: 28.06.77 a 03.07.77

Servidor: Terezinha de Jesus P. da Silva
Matrícula: 5573
Atestado: 79/77- PS- Cei
Período: 06.07.77 a 04.08.77

Servidor: Izabel C. Ferreira
Matrícula: 5.876
Atestado: 1793/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 11.07.77

Servidor: Divina Rosa Gonçalves
Matrícula: 5.935
Atestado: 164/77- HB- DF
Período: 05.07.77 a 03.08.77

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE- ARTS. 93, 97 e 98 da Lei 1711/52

Servidor: Marly Mª. P. Bravin
Matrícula: 7.506
Atestado: 58/77 - PS - Cei
Período: 11.06.77 a 09.08.77

Servidor: Nicolina de Souza Lima
Matrícula: 7.006
Atestado: 65/77- PS- Cei
Período: 22.06.77 a 25.06.77

Servidor: Nilza Inocência da Silva
Matrícula: 8.325
Atestado: 160/77- HB- DF
Período: 26.06.77 a 28.06.77

Servidor: Arnaldo Pereira de Almeida
Matrícula: 18.087
Atestado: 1830/77- DSM- CSP- SEA
Período: 27.04.77

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE- Arts. 93, 97 e 99 da Lei 1711/52

Servidor: Afonso Machado da Silva
Matrícula: 0.316
Laudo: 1770/77- DSM- CSP- SEA
Período: 04.07.77 a 03.08.77

Servidor: Luiz Dias Ramalho
Matrícula: 2.789
Laudo: 1669/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.06.77 a 30.06.77

Servidor: Lucidia Leite de Arruda
Matrícula: 5.179
Laudo: 1713/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 31.07.77

Servidor: Marcelina Mª. da Conceição
Matrícula: 5.223
Laudo: 1778/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 31.07.77

Servidor: Mª. Caetano de Lima
Matrícula: 5.258
Laudo: 1749/77- DSM- CSP- SEA
Período: 06.07.77 a 13.07.77

Servidor: Mª. José Lopes
Matrícula: 5.309
Laudo: 1687/77- DSM- CSP- SEA
Período: 23.06.77 a 30.09.77

Servidor: Mª. de Lourdes da Rocha
Matrícula: 5.327
Laudo: 1659/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 30.11.77

Servidor: Sarah Vicente de Lima
Matrícula: 5.539
Laudo: 1656/77- DSM- CSP-SEA
Período: 27.06.77 a 31.08.77

Servidor: Semy Mª. A. Rodrigues
Matrícula: 5.553
Laudo: 1665/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 31.08.77

Servidor: Virginia Beltrame de Paula
Matrícula: 5.594
Laudo: 1679/77- DSM- CSP- SEA
Período: 17.06.77 a 15.08.77

Servidor: Jesulina Chaves de Oliveira
Matrícula: 5.725
Laudo: 1640/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.06.77 a 31.08.77

Servidor: Helena Mª. Seabra de Lima
Matrícula: 5.751
Laudo: 1641/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 31.08.77

Servidor: Francisco Assis Alves
Matrícula: 5.791
Laudo: 1686/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 31.07.77

Servidor: Degeni Neres da Penha
Matrícula: 5.954
Laudo: 1697/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 31.07.77

Servidor: Carmosinha Santana Pereira
Matrícula: 6.002
Laudo: 1611/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.06.77 a 18.08.77

Servidor: Arminda O. e S. Martins
Matrícula: 6.047
Laudo: 1685/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 31.07.77

Servidor: Aparecida dos Santos
Matrícula: 6.058
Laudo: 1677/77- DSM- CSP- SEA
Período: 04.07.77 a 30.09.77

Servidor: Amélia Rodrigues Alves
Matrícula: 6.117
Laudo: 1620/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 30.09.77

Servidor: Afonso Pessoa de Oliveira
Matrícula: 6.145
Laudo: 1751/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.06.77 a 01.09.77

Servidor: Mª. Anete C. Guimarães
Matrícula: 5.240
Laudo: 1750/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 28.09.77

Servidor: Ezetilde Menezes de Andrade
Matrícula: 6.625
Laudo: 1723/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 31.07.77

Servidor: Severiano dos S Martins
Matrícula: 6.941
Laudo: 1712/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 31.07.77

Servidor: Ivaneyde Dourado Costa
Matrícula: 6.978.
Laudo: 1630/77- DSM- CSP- SEA
Período: 29.06.77 a 27.08.77

Servidor: José Ribamar Soares
Matrícula: 7.779
Laudo: 1776/77- DSM- CSP- SEA
Período: 08.07.77 a 08.10.77

Servidor: Yolanda Lima dos S. Brito
Matrícula: 8.672
Laudo: 1645/77- DSM- CSP- SEA
Período: 01.07.77 a 29.08.77

PRORROGAÇÃO LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE ARTS 93, 97 e 99 da Lei 1711/52

Servidor: Edeltrudes Lima Passos
Matrícula: 11.401
Laudo: 1654/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.07.77 a 30.09.77

Servidor: Alonso Feitosa de Lima
Matrícula: 12.240
Laudo: 1701/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.07.77 a 31.07.77

Servidor: Josélio José Carneiro
Matrícula: 14.953
Laudo: 1748/77 - DSM - CSP - SES
Período: 07.07.77 a 05.08.77

Servidor: José Saldanha da Silva
Matrícula: 16.064
Laudo: 1743/77 - DSM - CSP - SEA
Período: 01.06.77 a 01.08.77

LICENÇA ARTIGO 106 da Lei 1711/52

Servidor: Delcira Nogueira Amaral
Matrícula: 5.953
Atestado: 695/77 - HRAS
Período: 10.06.77 a 15.06.77

LICENÇA A GESTANTE, Art. 107 da Lei 1711/52

Servidor: Rita Alvares Cardoso
Matrícula: 5.513
Atestado: 163/77 - HB - DF
Período: 04.07.77 a 31.10.77

SALARIO FAMÍLIA CONCEDIDO:

Servidor: José Anestir Pedro
Matrícula: 0.476
Despacho: CONCEDIDO, salário família, pelo dependente CHARLES FERREIRA PEDRO, filho, nascido em 02.07.77. A partir de JULHO/77

Servidor: Mª Emyrene T. Bicalho
Matrícula: 5.278
Despacho: CONCEDIDO, salário família pelo dependente, KARLA TONELLI BICALHO, filha, nascida em 27.05.77 a partir de MAIO/77.

Servidor: Alice dos Santos
Matrícula: 7.517
Despacho: CONCEDIDO, salário família, pelo dependente ROGERIO DANIEL SANTOS DA SILVA, filho, nascido em 06.06.77 A partir de JUNHO/77.

Servidor: Luiz Soares de Almeida
Matrícula: 11.811
Despacho: CONCEDIDO, salário família pelo dependente, CARLA PATRICIA SOARES DE ALMEIDA, filha, nascida em 15.05.72, a partir de MAIO/72. Pagamento autorizado a partir de JANEIRO/77, o restante deverá ser requerido por exercícios findos.

SALARIO FAMÍLIA CANCELADO

Servidor: Argemiro Xavier de Lima
Matrícula: 2.407
Despacho: CANCELADO, salário família pelo dependente JOSÉ GALDENCIO DE LIMA, filho, nascido em 28.04.57, Ex - Ofício, a partir de MARÇO/77, em virtude do mesmo possuir rendimentos próprios, a partir daquela data.
Servidor: Evaristo Furtado da S. Neto
Matrícula: 5.809
Despacho: CANCELADO, salário família pelo dependente MARIA DA CONCEIÇAO TRINDADE, filha, nascida em 24.06.57, por haver contraído matrimônio conforme C. de Casamento apresentada nº. 801 Cartório do 2º. Ofício. Ato realizado em 14.05.77. A partir de JUNHO/77.

Brasília, 27 de julho de 1977

MARIA TEREZA GAMA DE MORAES
Chefe da Seção de Pessoal

FUNDAÇÃO HOSPITALAR
CONSELHO DELIBERATIVO

DECISÃO Nº 49/77

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 165ª. Sessão Extraordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "n" do artigo 14 do Estatuto da Entidade,

DECIDE:

Apoiado no Parecer apresentado pelo Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, constante de fls. 11 do Processo nº 468.899/77- FHDF aprovar os Balancetes Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, referentes ao mês de abril de 1977.

Brasília, 20 de julho de 1977
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
HURANDIR MESQUITA MOTTA

PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS
JOSÉ LEITE SARAIVA

OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES

DECISÃO Nº 50/77

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 166ª. Sessão Extraordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "c" do artigo 14 do Estatuto da Entidade,

DECIDE:

1) - aprovar os valores dos níveis e símbolos das Tabelas de Empregos Permanentes e Empregos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal conforme consta do Processo nº 016.509/77- SEA- GDF, às fls. 56 e 57 bem como:

a) - a tabela de Empregos Permanentes em extinção, conforme fls. 13;

b) - as alterações na Tabela de Empregos em Comissão conforme fls. 16 e 17;

c) - a Tabela de Empregos em Comissão conforme fls. 18;

d) - a Tabela de Empregos Permanentes conforme fls. 58 a 66.

2) - Esta Decisão entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de junho de 1977.

Brasília, 22 de julho de 1977

NEWTON MUYLARTE DE AZEVEDO

HURANDIR MESQUITA MOTTA

PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS
JOSÉ LEITE SARAIVA

OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES

ATA DA 165ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL.

Aos vinte dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete, às quatorze horas, no oitavo andar do Edifício Sarah Kubitschek, à superquadra cento e um, em Brasília, reuniu- se em Sessão Extraordinária o Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal sob a presidência do Dr. Newton Muylaert de Azevedo, mui digno Secretário de Saúde, e com a presença dos Conselheiros Drs. Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor- Presidente da FHDF, Hurandir Mesquita Motta, José Leite Saraiva e Olympio Bandeira da Silva Cascaes. Presente também à reunião a Sra. Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho. Verificada a existência de "quorum" dá o Sr. Presidente como abertos os trabalhos solicitando a leitura da ata da reunião anterior (505ª. Sessão Ordinária). Já conhecedores de seu inteiro teor, e apoiados no parágrafo único do Artigo 14 do Regimento Interno deste Colegiado, pedem os Senhores Conselheiros a dispensa de sua leitura no que são atendidos. Posta em discussão e em seguida em votação é a mesma aprovada por unanimidade. Determinada a leitura do Expediente e Comunicações, informa a Chefe da Secretaria deste Conselho ter o Conselheiro, Dr. Pedro Caram Zuquim, telefonado ontem comunicando que acompanharia o Sr. Secretário de Administração, Dr. José Affonso Monteiro de Barros Menusier, ao III Encontro Nacional dos Secretários de Administração a se realizar em Terezina Piauí regressando, porém, na próxima 2ª. feira. Dando início à

apreciação dos trabalhos inscritos na Ordem do Dia, cede o Sr. Presidente a palavra ao Conselheiro Hurandir Mesquita Motta, Relator do Processo nº 468.899/77- FHDF- Balancete Geral do mês de abril de 1977. Procede este a leitura de seu Relatório, uma análise sucinta, mas clara e precisa das peças contábeis contidas no processado. Lê, em seguida seu Voto, no qual, considerando o Parecer do Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e, tendo em vista o disposto na letra "n" do Artigo 14 do Estatuto da Entidade, é pela aprovação do Balancete em pauta. Posta em discussão a matéria e, em seguida em votação, o Conselho Deliberativo, por unanimidade, "DECIDE: apoiado no Parecer apresentado pelo Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, constante de fls. 11 do Processo nº 468.899/77 - FHDF, aprovar os Balancetes Orçamentário, Financeiro e Patrimônial, referentes ao mês de abril de 1977". Esgotada a pauta, dá o Sr. Presidente como encerrados os trabalhos dos mesmos sendo lavrada esta ata que será lida por ocasião da 506ª. Sessão Ordinária, a se realizar 3ª feira, dia 26, às 17 horas e, se achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes sendo por mim, Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho, encerrada.

Brasília, 20 de julho de 1977 - (ass. NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO; PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS; HURANDIR MESQUITA MOTTA; JOSÉ LEITE SARAIVA; OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES; GIOCONDA REAL.

ATA DA 166ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL.

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete, às quatorze horas, no oitavo andar do Edifício Sarah Kubitschek, à superquadra cento e um, em Brasília, reuniu- se em Sessão Extraordinária o Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal sob a presidência do Dr. Newton Muylaert de Azevedo, muito digno Secretário de Saúde, e com a presença dos Conselheiros Drs. Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor- Presidente da FHDF, Hurandir Mesquita Motta, José Leite Saraiva e Olympio Bandeira da Silva Cascaes. Presente também à reunião a Sra. Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho. Verificada a existência de "quorum" dá o Sr. Presidente como abertos os trabalhos solicitando a leitura da ata da reunião anterior (165ª. Sessão Extraordinária). Já conhecedores de seu interior teor, e apoiados no parágrafo único do Artigo 14 do Regimento Interno deste Colegiado, pedem os Senhores Conselheiros a dispensa de sua leitura no que são atendidos. Posta em discussão e em seguida em votação é a mesma aprovada por unanimidade. Determinada a leitura do Expediente e Comunicações, como nada houvesse nesse sentido, pede a palavra o Conselheiro Paulo Argolo da Cruz Rios para informar ter solicitado ao Sr. Presidente a convocação da presente reunião para apreciação do Processo nº 016.509/77 - GDF, que se refere ao reajustamento dos valores correspondentes aos símbolos e níveis das Tabelas de Empregos em Comissão e Empregos Permanentes da FHDF. Faz, em seguida, uma demorada exposição da matéria, dizendo das dificuldades encontradas junto ao Governo do Distrito Federal quando da apresentação das Tabelas em questão, o esforço em refazê- las, em tempo hábil, a fim de enquadrá- las nas possibilidades financeiras existentes, lendo os despachos emanados dos órgãos do Governo do Distrito Federal, e prestando, na ocasião, os esclarecimentos solicitados por seus pares. Ato contínuo o Sr. Presidente, com fulcro no Artigo 17 do Regimento Interno deste Colegiado, solicita do Conselheiro Hurandir Mesquita Motta o relato da matéria. Após rápido manuseio do processo, solicita o Conselheiro Relator que lhe seja concedido algum tempo para exame do mesmo , propondo- se a relatá- lo amanhã, dia 22, às 14 horas. Acordes o Sr. Presidente e demais Conselheiros, ficam estes, desde logo, convocados para o dia e hora indicados. Às 15:25 dá o Sr. Presidente como encerrados os trabalhos dos mesmos sendo lavrada esta ata que será lida no próximo encontro e, se achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes sendo por mim, Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho, encerrada.

Brasília, 21 de julho de 1977 - (ass.) NEWTON MUYLART DE AZEVEDO; PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS; HURANDIR MESQUITA MOTTA; JOSÉ LEITE SARAIVA; OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES; GIOCONDA REAL.

ATA DA 167ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL.

Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete, às quatorze horas, no oitavo andar do Edifício Sarah Kubitschek, à superquadra cento e um, em Brasília, reuniu- se em Sessão Extraordinária o Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal sob a presidência do Dr. Newton Muylaert de Azevedo, mui digno Secretário de Saúde, e com a presença dos Conselheiros Drs. Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor- Presidente da FHDF, Hurandir Mesquita Motta, José Leite Saraiva e Olympio Bandeira da Silva Cascaes. Presente também à reunião a Sra. Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho. Verificada a existência de "quorum" dá o Sr. Presidente como abertos os trabalhos solicitando a leitura da ata da reunião anterior (166ª. Sessão Extraordinária). Já conhecedores de seu inteiro teor, e apoiados no parágrafo único do Artigo 14 do Regimento Interno deste Colegiado, pedem os Senhores Conselheiros a dispensa de sua leitura no que são atendidos. Posta em discussão e em seguida em votação é a mesma aprovada por unanimidade. Determinada a leitura do Expediente e Comunicações, como nada houvesse nesse sentido, passa o Sr. Presidente à apreciação do Processo nº 015.509/77 - GDF - Reajuste salarial, do qual é Relator o Conselheiro Hurandir Mesquita Motta. Cedida ao mesmo a palavra procede este a leitura de seu Relatório, uma descrição minudente de todo o processado, passando em seguida a de seu bem fundamentado Parecer no qual analisa o Relatório e Parecer da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, cujo Relator, de fls. 32 a 36 se pronuncia sobre a matéria, sendo pela aprovação das tabelas propostas no que se refere à extinção, criação e alteração de empregos na forma em que se acham consubstanciadas, e pela adequação dos níveis salariais sugeridos para emprego de médicos e odontólogos, àqueles estabelecidos pelo Decreto- lei nº 1.544, de 15 de abril de 1977, por força do disposto no artigo 20 do Decreto- Lei nº 1.462/76. Lê, em seguida, o texto do citado artigo, analisado- o e comentando- o. Diz, ainda, dos entedimentos havidos com o Presidente da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, tendo sido por este informado que a Secretaria de Administração fizera consulta ao DASP sobre o assunto e recebera, como resposta, que o problema da remuneração dos médicos e odontólogos não se enquadra nos Decretos- lei citados de vez que os contratos de trabalho são para cargas horárias semanais diferentes, ou sejam superiores às da Administração Direta. Examinados os autos em todos os seus aspectos, diz o Conselheiro Relator não haver encontrado no processado nenhuma justificativa, ou razão, para que a Administração Central reformulasse por várias vezes a sua proposição inicial, que representaria lotação ideal da FHDF, porquanto o quadro nada tem e ver com os recursos orçamentários e financeiros, sendo creditados e transferidos em conformidade com a sua execução, devendo a Fundação, esta sim, obedecer rigorosamente os limites orçamentários disponíveis para novas contratações. Pronuncia- se, a seguir, sobre a viabilidade orçamentária e financeira, em decorrência da suplementação concedida pelo Governo do Distrito Federal para pagamento do aumento aos funcionários da FHDF, conforme quadro demonstrado às fls. 13, dizendo finalmente que, a vista do exposto e do contido nos autos é favorável à aprovação dos valores dos níveis e símbolos das tabelas de Empregos Permanentes e em Comissão de fls. 13, 16 e 17, 18, 56 e 57 - e - 58 a 66 do processado. Posta em discussão a matéria e, em seguida em votação, o Conselho Deliberativo, por unanimidade, "DECIDE: 1) - aprovar os valores dos níveis e símbolos das Tabelas de Empregos Permanentes e Empregos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal conforme consta do Processo nº 016.509/77- SEA - GDF, às fls. 56 e 57 bem como: a) - a tabela de Empregos Permanentes em extinção, conforme fls. 13; b) - as alterações na Tabela de Empregos em Comissão conforme fls. 16 e 17; c) - a Tabela de Empregos em Comissão conforme fls. 18; d) - a Tabela de Empregos Permanentes conforme fls. 58 a 66. 2) - Esta Decisão entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de junho de 1977. As 15h30, esgotada a pauta, dá o Sr. Presidente como encerrados os trabalhos dos mesmos sendo lavrada esta ata que será lida no próximo encontro e, se achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes sendo por mim, Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho, encerrada.

Brasília, 22 de julho de 1977 - (ass. NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO; PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS; HURANDIR MESQUITA MOTTA; JOSÉ DE LEITE SARAIVA; OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES; GIOCONDA REAL.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA - SVO, DE 03 DE AGOSTO DE 1977

O SECRETÁRIO DE VIAÇAO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XII, do artigo 61, do Regimento aprovado através do Decreto nº 3286, de 16 de junho de 1976 e face ao disposto no Decreto nº 2951, de 22 de julho de 1975,

R E S O L V E :

Designar o servidor FRANCISCO PACHECO BRAGA, Agente Administrativo, Classe "A", Código SA.401.2, matrícula nº 14.194, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Licenciamento, Símbolo FC - 05, da Divisão de Licenciamento de Obras, do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras, desta Secretaria, no período de 03 a 27 de agosto de 1977, em virtude do impedimento do titular, substituto automático do Diretor da Divisão de Licenciamento de Obras, que se encontra afastado para tratamento de saúde.

Distrito Federal, em 03 de agosto de 1977

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Secretário de Viação e Obras

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

Atos do Diretor

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº. 158 DE 01 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR- GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VI, do Artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do Processo nº. 416809/77- DER- DF,

RESOLVE:

Designar o servidor ADENOR JESUINO DA SILVA, Operador de Máquinas Pesadas, nível - EP- 08, matrícula 91.948, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para substituir o servidor GERALDO MAURICIO MAIA, Chefe da Seção de Conservação do 3º. Distrito Rodoviário, durante suas férias regulamentares, no período de 15.08.77 a 13.09.77.

Brasília - DF, 1º. de agosto de 1977

Engº. ARINO OTON DE LIMA
Diretor - Geral do DER- DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº. 159 DE 01 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR- GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Item VI, do Artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do Processo nº 416825/77- DER- DF,

RESOLVE:

Designar GUILHERME JOSÉ DA FONSECA BERNIZ, Engenheiro, nível EP- 18, matrícula 92.787, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER- DF, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC- 03, de Chefe da Seção de Construção do 1º. Distrito Rodoviário, da Tabela de Empregos em Comissão - TEC- DER- DF.

Brasília - DF., 1º. de agosto de 1977.

Engº. ARINO OTON DE LIMA
Diretor - Geral do DER- DF

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº. 160 DE 02 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR - GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Item VI, do Artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 3.078, de 03 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Autorizar MILITAO DA SILVA BASTOS JUNIOR, Chefe do 3º. Distrito Rodoviário, Símbolo EC - 01, da Tabela de Empregos em Comissão - TEC, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e JOSÉ MEDEIROS DE OLIVEIRA, Diretor da Divisão de Programação, Símbolo EC - 01, da Tabela de Empregos em Comissão - TEC do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, a viajarem à cidade de Manaus - AM, no período de 14.08.77 a 21.08.77, a serviço deste Departamento.

Brasília - DF., 02 de agosto de 1977

Engº. ARINO OTON DE LIMA
Diretor - Geral do DER - DF

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº. 161 DE 03 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR - GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Item VI, do Artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do Processo nº. 416832/77 - DER - DF,

RESOLVE:

Designar o servidor ALBERTO ALVES PEREIRA, Auxiliar Técnico de Administração, nível EP - 10, matrícula 90.680, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para substituir o servidor GLAUCIO XAVIER, Chefe da Seção de Material da Divisão de Administração, durante suas férias regulamentares, no período de 15.08.77 a 13.09.77.

Brasília - DF., 03 de agosto de 1977

Engº. ARINO OTON DE LIMA
Diretor - Geral do DER - DF

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº. 162 DE 03 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR - GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VI, do artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do Processo nº. 416839/77 - DER - DF,

RESOLVE:

Arbitrar 08 (oito) diárias no valor unitário e total com fundamento nos artigos 135 e 136 da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952 e na forma do disposto no item I do Artigo 3º. do Decreto nº. 1735, de 06 de julho de 1971, conforme discriminação abaixo:

Nome: MILITÃO DA SILVA BASTOS JÚNIOR
Símbolo: EC - 01
Unitário: 480,69
Total: 3.845,52

Nome: . JOSÉ MEDEIROS DE OLIVEIRA
Símbolo: EC - 01
Unitário: 480,69
Total: 3.845,52

Determinar à Seção de Pessoal que promova a elaboração da folha de pagamento das referidas diárias aos funcionários acima relacionados.

Brasília - DF., 03 de agosto de 1977

Engº. ARINO OTON DE LIMA
Diretor - Geral do DER - DF

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº. 163 DE 05 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR - GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Item XVII do Artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do Processo nº. 416864/77 - DER - DF,

RESOLVE:

Rescindir, a pedido, com dispensa de aviso prévio, o contrato de trabalho com o empregado ADINALDO NONATO DOS SANTOS, Trabalhador, nível EP - 01, matrícula 92.447, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, a partir de 02.08.77.

Brasília - DF., 05 de agosto de 1977

Engº. ARINO OTON DE LIMA
Diretor - Geral do DER - DF

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº. 164 DE 05 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR - GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item XVII do Artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do Processo nº. 416865/77 - DER - DF,

RESOLVE:

Rescindir, a pedido, com dispensa de aviso prévio, o contrato de trabalho com o empregado ILTON CAETANO NETO, Trabalhador, nível EP - 01, matrícula 92.626, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, a partir de 02.08.77.

Brasília - DF., 05 de agosto de 1977

Engº. ARINO OTON DE LIMA
Diretor - Geral do DER - DF

1º DISTRITO RODOVIÁRIO

Atos do Chefe

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE JULHO DE 1.977

O Engenheiro Chefe do 1º. Distrito Rodoviário, usando das atribuições que lhe confere a Instrução de Serviços "P" nº. 094/68- DER- DF de 11.07.68, baixada pelo Senhor Diretor Geral do DER/DF

RESOLVE:

Aplicar a penalidade disciplinar de REPREENSÃO ao servidor ADONEL PEREIRA DE SOUZA, função Operador de Máquinas Pesadas, matrícula nº. 90.947 - C, por estar envolvido em atrito entre colegas no acampamento em Buritis - MG.

Engº. RONAN TEIXEIRA CAMPOS
Chefe do 1º. DR/DER- DF

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE JULHO DE 1.977

O Engenheiro Chefe do 1º. Distrito Rodoviário, usando das atribuições que lhe confere a Instrução de Serviços "P" nº. 094/68- DER- DF de 11.07.68, baixada pelo Senhor Diretor Geral do DER/DF

RESOLVE:

Aplicar a penalidade disciplinar de REPREENSÃO ao servidor PEDRO DE SOUZA RAMOS, função Motorista, matrícula nº. 92.023- C, por desacato às ordens do encarregado no acampamento em Buritis - MG.

Engº. RONAN TEIXEIRA CAMPOS
Chefe do 1º. DR/DER- DF

JUNTA DE CONTROLE DO DER-DF

ATA DA 924ª. REUNIÃO DA JUNTA DE CONTROLE DO DER/DF

Aos vinte e oito dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões, na sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, às quatorze horas e trinta minutos, inciou- se a 924ª. Reunião da Junta de Controle do DER/DF, sob a Presidência do Sr. Diogo Rodrigues Borges, presentes os senhores Membros José Ribamar da Costa Amorim, Suplente e Agnello Alves Portugal. Aberta a reunião o Sr. Presidente determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. Prosseguindo, foram apresentados para exames os seguintes processos:41 51 91 /77, 415599/77, 416130/77, 416131/77, 416164/77, 416165/77, 416240/77, 416276/77, 416293/77, 416384/77, 416428/77, 416431/77, 416459/77, 416473/77, 416503/77, 416508/77, 416510/77, 416513/77, 416536/77, 416538/77, 416553/77, 416569/77, 416572/77, 416582/77, 416583/77, 416591/77, 416617/77. O processo nº. 415599/77, referente a comprovação de adiantamento concedido ao Sr. Pompilho Mariano de Almeida, no valor de Cr$ 500,00, foi encaminhado ao Diretor Geral do DER- DF, com parecer conclusivo da Junta, para baixa de responsabilidade do servidor; os demais, depois de examinados e considerados certos, tiveram encaminhamentos de rotina. As dezesseis horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, eu, João Zacarias Torres Cuoco, Secretário, lavrei a presente Ata que será submetida à aprovação na próxima Reunião ordinária, e, quando aprovada, assinada pelo Sr. Presidente, por mim que a secretariei e pelos Srs. Membros presentes à mesma.

DIOGO RODRIGUES BORGES - SVO - Presidente: JOÃO ZACARIAS TORRES CUOCO - Secretário: JOSÉ RIBAMAR DA COSTA AMORIM - SEF - Membro Suplente: AGNELLO ALVES PORTUGAL - SEG - Membro

ATA DA 925ª. REUNIÃO DA JUNTA DE CONTROLE DO DER/DF

Aos dois dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões, na sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, às quatorze horas e trinta minutos, iniciou- se a 925ª. Reunião da Junta de Controle do DER/DF, sob a Presidência do Sr. Diogo Rodrigues Borges, presentes os senhores Membros José Ribamar da Costa Amorim, Suplente e Agnello Alves Portugal. Aberta a reunião o Sr. Presidente determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. Em seguida, foi entregue ao senhor Presidente da Junta, pelo Membro representante da Secretaria do Governo, senhor Agnello Alves Portugal, 06 (seis) exemplares do Regimento do Colegiado devidamente impresso em "OFF- SET". O senhor Presidente determinou que se consignasse em Ata, o agradecimento do Colegiado ao referido Membro. Prosseguindo, foram apresentados para exames os seguintes processos: 415809/77, 416026/77, 416030/77, 416042/77, 416169/77, 416194/77, 416292/77, 416345/77, 416361/77, 416370/77, 416387/77, 416405/77, 416407/77, 416427/77, 416456/77, 416490/77, 416515/77, 416517/77, 416518/77, 416542/77, 416594/77, 416597/77, 416598/77, 416619/77, 416626/77; que depois de examinados e considerados certos, tiveram encaminhamentos de rotina. A seguir, os senhores Membros se dirigiram à Tesouraria para verificação dos valores existente em seu poder. As dezesseis horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, eu, João Zacarias Torres Cuoco, Secretário, lavrei a presente Ata que será submetida à aprovação na próxima Reunião Ordinária, e, quando aprovada, assinada pelo Sr. Presidente, por mim que a secretariei e pelos Srs. Membros presentes à mesma.

DIOGO RODRIGUES BORGES - SVO - Presidente: JOÃO ZACARIAS TORRES CUOCO - Secretário: JOSÉ RIBAMAR DA COSTA AMORIM - SEF - Membro- Suplente: AGNELLO ALVES PORTUGAL - SEG - Membro

COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SESSÃO Nº. 280 REALIZADA EM 21.07.77

RESOLUÇÃO Nº. 47

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, no uso de suas atribuições estatutárias e legais, tendo em vista o constante do processo nº. 691.678/77,

RESOLVE:

Art. 1º. - As vendas dos lotes do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas - STRC, serão feitas, com exclusividade e diretamente, às firmas do ramo de transporte rodoviário, de cargas e congêneres que estiverem funcionando fora do zoneamento ou que desejam se instalar em Brasília.

Art. 2º. - Para identificação das firmas que se encontrarem funcionando fora do zoneamento, a TERRACAP acolherá o levantamento a ser apresentado pelo Sindicato dos Transportadores de Carga, indicando a localização e a situação de cada uma.

Art. 3º. - De posse da relação a que se refere o artigo 2º. e para oficializar o trabalho do mencionado Sindicato, a TERRACAP providenciará, por intermédio do seu Setor específico, uma vistoria nos endereços mencionados como local de funcionamento e após essa vistoria, a DIRETORIA COMERCIAL solicitará que apresentem seu requerimento de compra da área pretendida no loteamento, especificamente em metros quadrados.

Art. 4º. - O requerimento de compra deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) - cópia autenticada do ato de constituição da firma requerente e alterações posteriores, se houver, devidamente registradas na Junta Comercial do Distrito Federal;

b) - certidões negativas de débitos para com as Fazendas Públicas (do Distrito Federal e da União) e do I.N.P.S.;

c) - certidões negativas da EMPRESA, dos SÓCIOS SOLIDÁRIOS, ou do TITULAR DE FIRMA INDIVIDUAL, ou dos DIRETORES DE SOCIEDADES ANONIMAS:

c.1) - Cartório de Protestos (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios);

c.2) - Cartório de Distribuição das Varas Cíveis - Justiça do Distrito Federal;

c.3) - Cartório de Distribuição das Varas Criminais - Justiça do Distrito Federal;

c.4)- Cartório da Justiça Federal - Poder Judiciário.

Art. 5º. - A classificação dos requerentes, para a indiciação do (s) lote (s) deverá obedecer a data do registro da firma na Junta Comercial do Distrito Federal, prevalecendo os registros mais antigos sobre os mais novos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na classificação poderá também ser considerada a situação financeira da firma requerente, desde que devidamente informada e comprovada no processo.

Art. 6º. - A escolha do (s) lote (s) nas Quadras consideradas como sendo as melhores situadas no loteamento, se dará por indicação da Diretoria Comercial com o conhecimento prévio do requerente, observada a ordem da classificação feita na forma do artigo anterior e seu parágrafo primeiro.

Art. 7º. - A Diretoria Colegiada da TERRACAP, por proposta da Diretoria Comercial, homologará a classificação e autorizará a venda do (s) lote (s) indicados, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 8º. - Autorizada a venda pela Diretoria Colegiada, os interessados serão convocados para recolherem, no prazo de 15 (quinze) dias, a quantia relativa ao primeiro pagamento.

Art. 9º. - As condições de pagamento são as seguintes:

a)- à vista ou

b)- à prazo, nas seguintes modalidades:

b.1) - em 12 (doze) parcelas de igual valor, sendo a primeira paga na forma do disposto no artigo 8º. e as demais, 30 (trinta) dias após, sucessivamente, acrescidas dos juros de 6% (seis por cento) ao ano;

b.2)- 5% (cinco por cento) de entrada e princípio de pagamento e o saldo devedor em até 60 (sessenta) prestações, acrescido dos juros de 6% (seis por cento) ao ano e da correção monetária de acordo com os índices de correção das O.R.T.N. (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional).

Parágrafo 1º. - O comprador poderá antecipar o pagamento das prestações vincendas, caso em que se procederá o reajuste do saldo devedor, quanto à correção monetária que deverá ser calculada até o dia da quitação do débito.

Parágrafo 2º. - No caso de atraso no pagamento das prestações, estas serão cobradas com o acréscimo da multa de 10% (dez por cento), sobre o valor das mesmas, acrescidas dos juros de mora correspondente.

Parágrafo 3º. - A TERRACAP poderá rescindir o contrato no caso de atraso de três (3) prestações consecutivas ou de pagamento com atraso de cinco (5) prestações, ainda que alternadas.

Art. 10º. - Munido do recibo de quitação do sinal e princípio de pagamento, o adquirente receberá da Superintendência da TERRACAP, por intermédio do Serviço Jurídico, uma "Autorização de Ocupação a Título Precário" para ocupar o (s) lote (s) adquirido (s), obrigando- se a encerrar as atividades da firma no local de funcionamento anterior, no prazo máximo e improrrogável de 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar da data da expedição da mencionada autorização.

Art. 11º. - Findo o prazo estabelecido no Art. 10º., será outorgada a Escritura de Promessa de Compra e venda, condicionada entretanto, a completa paralisação das atividades da firma adquirente em seu local de funcionamento, comprovado por atestado passado pelo Órgão competente do Distrito Federal.

Art. 12º. - No caso de não cumprimento da condição disposta no art. 10º., a Superintendência da TERRACAP adotará providências junto ao Órgão competente do Distrito Federal para cancelar o "Alvará de Funcionamento" da firma infratora e concederá novo prazo, de 30 (trinta) dias, para que efetive a mudança, sob pena de cancelamento da autorização de venda do lote (s) pretendido (s).

Art. 13º. - A Escritura de Promessa de Compra e Venda será outorgada com o Pacto de Retrovenda, ficando o adquirente obrigado a construir no (s) lote (s) no prazo máximo de 32 (trinta e dois) meses, sob pena de o inadimplemento implicar no exercício do direito de retrato.

Art. 14º. - A Escritura de Promessa de Compra e Venda deverá ainda conter Cláusula que estabeleça o direito de recompra do (s) lote (s), no caso do adquirente pretender a venda a terceiros, antes de cumpridas todas as exigências contratuais.

Art. 15º. - O adquirente que tiver adquirido diretamente da TERRACAP lote onde é permitido o funcionamento de sua firma não terá direito aos benefícios desta Resolução e ou a Venda se fará nas condições dispostas na Resolução nº. 06/73- CA.

Art. 16º. - Os lotes com destinação específica para atividades comerciais, de hotelaria e abastecimento de derivados de petróleo, previstos no loteamento do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas - STRC, serão vendidos, exclusivamente, em Licitação Pública, observadas as condições dispostas na Resolução nº. 06/73- CA.

Art. 17º. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e revoga- se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de julho de 1977

ARMANDO COLAVOLPE
Presidente
DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro
JÚLIO CÉSAR DE ROSE
Membro
CARLOS MEIRELLES OSÓRIO
Membro
FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro
DARIO DÉLIO CARDOSO
Membro

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Atos do Presidente

INSTRUÇAO DE 29 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar OLIER JOSÉ FERREIRA, Chefe do Serviço de Patrimônio, símbolo EC - 12, matrícula 355, para substituir, durante o período de 05.08 a 03.09.77, o Chefe da Seção de Administração e Serviços Gerais do Centro de Assistência e Educação do Menor/GO, do Departamento do Bem Estar do Menor, da Presidência desta Fundação.
Brasília, 29 de julho de 1977

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor - Presidente

INSTRUÇAO DE 29 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:
Designar JOSIRO DA COSTA FERREIRA, Auxiliar de Contabilidade, matrícula 454 da TEP, para substituir durante o período de férias, de 01.08.77 a 10.08.77, o Coordenador de Administração Financeira, do Departamento de Administração desta Fundação.

Brasília, 29 de julho de 1977

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor - Presidente

INSTRUÇAO DE 29 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar MARIA IRENEIDE DA COSTA E SILVA NUNES, Assessor Técnico, simbolo EC - 04, matrícula 310 da TEP, para substituir, durante o período de 03.08 a 09.09.77, o Diretor do Departamento do Bem Estar do Menor, da Presidência, desta Fundação, enquanto este estiver frequentando o Programa Internacional de Melhoramento das Condições e Meio Ambiente do Trabalho.

Brasília, 29 de julho de 1977

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor - Presidente

INSTRUÇÃO DE 29 DE JULHO DE 1977.

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar JOSÉ MARIA NEVES DA COSTA, Chefe da Seção Administrativa da CAC - Brasília, símbolo EC - 14, matrícula 117, da TEC, para substituir, durante o período de 05.08 a 03.09.77, o Chefe do Serviço de Patrimônio do Departamento de Administração, enquanto este estiver substituindo o Chefe da Seção de Administração e Serviços Gerais do Centro de Assistência e Educação do Menor/GO, do Departamento do Bem Estar do Menor da Presidência, desta Fundação.

Brasília, 29 de julho de 1977.

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor - Presidente

INSTRUÇÃO DE 01 DE AGOSTO DE 1977.

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, MYRIAM NOGUEIRA DE CASTILHO FELÍCIO, para exercer o emprego em comissão, símbolo EC - 09, da TEC, de Assistente da Assessoria de Engenharia e Arquitetura da Presidência, desta Fundação.

Brasília, 01 de agosto de 1977.

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor - Presidente

INSTRUÇÃO DE 01 DE AGOSTO DE 1977.

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data, MOYSALVO ALBERGARIA PEREZ, do emprego em comissão, símbolo EC - 15, matrícula 027, de Encarregado do Setor de Manutenção do Serviço de Transporte, do Departamento de Administração da Presidência, desta Fundação.

Brasília, 01 de agosto de 1977.

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor - Presidente

INSTRUÇAO DE 01 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, EDNO LUIZ TALAMONTE, Condutor Técnico, matrícula 662, da TEC, para ocupar o emprego em comissão, símbolo EC - 10, de Chefe do Serviço de Transporte, do Departamento de Administração da Presidência, desta Fundação.

Brasília, 01 de agosto de 1977

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor - Presidente

INSTRUÇAO DE 01 DE AGOSTO DE 1977.

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data, DJALMA VIEIRA SALES, do emprego em comissão, de Chefe do Serviço de Transporte, símbolo EC - 10, matrícula 389, da TEC, do Departamento de Administração desta Presidência, da Fundação.

Brasília, 01 de agosto de 1977

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor - Presidente

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS

Atos do Superintendente

INSTRUÇÃO Nº 003/77

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e consoante Resolução da Diretoria tomada 847ª Reunião, de 19.07.77, considerando a necessidade de disciplinar a movimentação dos processos de unidades habitacionais, face a proximidade da conclusão dos trabalhos referentes a etapa de implantação do cadastramento dos imóveis já comercializados;
Considerando que a Seção de Cadastro Imobiliário, da Diretoria Imobiliária, deve manter atualizada o acervo de informações;
Considerando a necessidade de evitar desencontro nas informações,

RESOLVE:

1.1 - Regulamentar no âmbito da Empresa a tramitação dos processos de aquisição de imóveis construídos e/ou adquiridos com recursos próprios ou do Banco Nacional da Habitação - BNH.
1.2 - Somente estarão inseridos no âmbito de incidência das normas desta Instrução os processos de imóveis já distribuídos e aderidos ao Seguro.
2.1 - Os processos referidos nos itens anteriores não mais tramitarão pelos órgãos desta Empresa, ficando expressamente vedado os pedidos de processos, por solicitação, salvo:
a - Pelo Gabinete do Superintendente, quando estritamente necessário às audiências;
b - Pelo Serviço Jurídico, quando imprescindível ao estudo e formulação de pareceres e/ou procedimentos judiciais;
c - Pela Assessoria da Diretoria Imobiliária, restrito, apenas, aos casos de informações ou pareceres, cujo manuseio dos processos se torne indispensável a tal atividades; e
d - Pelos Diretores ou pelos órgãos Colegiados.
2.2 - Nas hipóteses previstas nas letras "a" a "c", o requisitante do processo não poderá colocá - lo em tramitação por outros órgãos, apenas, deverá restituí - lo à Seção de Cadastro Imobiliário.
2.3 - As requisições de processos acima referidos somente serão procedidas pelos titulares das unidades orgânicas à Seção de Cadastro Imobiliário, que diligenciará junto à Seção de Documentação e Comunicação Administrativa, quando for o caso, para solicitar o processo.
3.1 - Todos os processos e requerimentos de ocupantes ou mutuários, somente poderão ser arquivados ou desarquivados na SDCA, através de despacho ou solicitação da SCI.
3.2 - Todos os processos de imóveis já comercializados e sobre os quais foram ajuizadas ações, serão remetidos ao Serviço Jurídico, lá permanecendo até final da medida judicial.
3.3 - Obtida a sentença e transitada em julgado, o Serviço Jurídico remeterá a certidão do decreto judicial à Seção de Registro, para averbação da mesma, juntando uma cópia da sentença ao processo, retendo - o até final da execução, quando for o caso.
3.4 - Havendo extinção do processo judicial, por acordo, o Serviço Jurídico juntará cópia do mesmo ao processado, restituindo - o à SCI e comunicando ao órgão interessado o fato para as providências necessárias.
3.5 - Executada a sentença, o Serviço Jurídico consignará o fato em despacho no processo, remetendo - o à SCI, comunicando tal evento à SARIEI para as providências de vigilância e recuperação do prédio.
3.6 - Os processos que estiverem no Serviço Jurídico não poderão ser colocados em tramitação, pelos órgãos da Empresa.
4.1 - A partir do dia 25.07.77, todos os requerimentos de ocupantes ou de mutuários de imóveis não mais serão juntados liminarmente ao processo do imóvel, devendo tramitar, até decisão final, em apartado.

4.2 - Em virtude do subitem antecedente os órgãos envolvidos nas operações de zeladoria, permuta, transferência, quitação e devolução, deverão, até o dia 22.07.77, remeter à Divisão de Registro e Cadastro Imobiliário, as informações e dados necessários a efetivação de cada operação citada, as quais, serão prestadas pela SCI nos requerimentos.

4.3 - Toda informação ou dado complementar que possa ser específico a um determinado caso, serão, no próprio requerimento, solicitados pelo órgão interessado à SCI.

4.4 - Concluída a operação, o órgão onde se efetivou o último evento, remeterá o requerimento à SCI, a qual após os necessários registros, o remeterá à SDCA para ser juntado ao processo do imóvel.

4.5 - Em nenhuma hipótese a SDCA arquivará ou desarquivará requerimentos referentes a candidatos ou mutuários, de imóvel, a não ser através da SCI.
5.1 - Ficam os Diretores de área, autorizadas a baixarem as Ordens de Serviço, necessárias ao cumprimento da presente Instrução.
5.2 - Os casos omissos serão objeto de decisão do Diretor referente à natureza da matéria.
6.1 - A presente Instrução entra em vigor nesta data, revogadas disposições em contrário.

Brasília, 22 de julho de 1977

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

DIRETORIA

Nº. 123/77
Sessão: 847ª.
Realizada em: 20.07.77
PROCESSO Nº.: 89.934/77

ASSUNTO: O Sr. Diretor Imobiliário, propõe, via Relatório nº. 26/77- DI, a edição da INSTRUÇÃO, regulamentando, no âmbito da Empresa, a tramitação de processo de aquisição de imóveis construídos e/ou adquiridos com recursos próprios ou do Banco Nacional de Habitação.

DECISÃO: A DIRETORIA, considerando a necessidade de disciplinar a movimentação dos processos de unidades habitacionais, face a proximidade da conclusão dos trabalhos referentes a etapa de implantação do cadastramento dos imóveis já comercializados, que a Seção de Cadastro Imobiliário deve manter atualizado o acervo de informações, e ainda, a necessidade de evitar o desencontro nas informações, RESOLVE: Autorizar a edição de INSTRUÇÃO, disciplinando o assunto.

RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

Nº.: 124/77
Sessão: 847ª.
Realizada em: 20.07.77

Processo nº.: 089.383/77
ASSUNTO: Substituição dos combogós especificados para os blocos em construção nas projeções G e S da QI 04- SRIA I, a cargo da firma MAREISA S.A.

DECISÃO: A Diretoria, acompanhando a exposição do Relator:

RESOLVE:

Aprovar a substituição proposta, bem como o desconto no faturamento da Empreiteira da importância de Cr$ 3.515,80 (três mil, quinhentos e quinze cruzeiros e oitenta centavos).

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº.: 125/77
Sessão: 847ª.
Realizada em: 20.07.77
Processo nº.: 057143/76
ASSUNTO: Recebimento dos serviços de reforma em 70 (setenta) casas, sitas na Quadra 14 de Sobradinho, executados pela firma EMPREC Ltda., em contrato com esta Sociedade.

DECISÃO, A Diretoria, acompanhando o parecer do Relator, e o que mais consta no processo,

RESOLVE:

Homologar o recebimento dos serviços de reforma e recuperação das unidades habitacionais acima destacada, bem como considerá- los concluídos e entregues dentro do prazo contratual.

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS

DILSON CARLO REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

Nº. 126/77- SESSÃO: 847ª. Realizada em: 20.07.77
PROCESSO Nº.: 2407/74
ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNL- 17, Conjunto "J", casa 13, Setor L/Norte de Taguatinga, prometido a GERALDO DOS SANTOS.
DECISÃO: A Diretoria, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº. 034/77,

RESOLVE AUTORIZAR:

a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC- Reserva de Assistência Comunitária;
b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro;
c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido;
d) a quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por essa Sociedade.

RELATOR: DILSON CARLOS REHEM
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

Nº. 127/77: Sessão: 847ª. Realizada em: 20.07.77

PROCESSO Nº.: 7.539/73

ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNL - 02, Conjunto "D", casa 8, Setor L/Norte de Taguatinga, prometido a RAIMUNDO DA COSTA LIMA.

DECISAO: A Diretoria, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº. 035/77, -

RESOLVE AUTORIZAR:

a) A quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária;

b) O cancelamento das prestações emitidas após o sinistro;

c) A devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro, devidamente corrigido;

d) A quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade.

RELATOR: DILSON CARLOS REHEM

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº.: 128/77
Sessão: 848ª.
Realizado em: 22.07.77
Processo nº.: 083811/77

ASSUNTO: Relatório nº. 035/77- DT, relativo ao pagamento dos serviços extras executados pela firma Santa Bárbara Engenharia S.A., no processo de reforma e recuperação da Barraca de Brasília para a Festa dos Estados.

DECISÃO: A Diretoria, considerando o que consta no parecer do relator,

RESOLVE:

1. Reconhecer a exigibilidade dos serviços extras complementares, votando favoravelmente ao pagamento da importância correspondente, e no valor de Cr$ 48.795,39 (quarenta e oito mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e trinta e nove centavos). 2. Submeter o assunto à apreciação e deliberação da Egrégia Assembléia Geral dos Sócios Quotistas da Empresa, para e dentro do previsto nos Estatutos, promover- se o lançamento dessa despesa extra segundo as condições aprovadas e estabelecidas para a despesa principal.

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS

DILSON CARLOR REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº. 129/77
Sessão: 849ª.
Realizada em: 26.07.77

PROCESSO Nº.: 089129/77

ASSUNTO: Dispõe sobre a publicação da relação dos nomes das pessoas inscritas para aquisição de unidades residenciais através desta Sociedade, 87.000 (oitenta sete mil) nomes, aproximadamente.

DECISÃO: A Diretoria considerando o que consta no parecer do Relator, RESOLVE: a) referendar a decisão do Diretor Administrativo ao determinar a realização de licitação por Convite, embora o valor obtido, no presente caso, seja a nível de Tomada de Preços; b) aprovar a proposta apresentada pela J. Câmara e Irmãos S.A. (Jornal de Brasília), constante de fls. 08/10 de processo, no valor global de Cr$ 431.107,44 (quatrocentos e trinta e um mil, cento e sete cruzeiros e quarenta e quatro centavos), para a produção de dez mil (10.000) exemplares relativos à publicação de uma lista com aproximadamente 87.000 (oitenta e sete mil) candidatos a ser publicada como encarte do Jornal de Brasília; c) encaminhar o processo à Diretoria Financeira para empenhar a despesa.

RELATOR: FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

ATA DA 847a. REUNIÃO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.- SHIS, REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 1977

As 10:00 (dez) horas do dia 20 (vinte) de julho de 1977 (mil novecentos e setenta e sete), no Gabinete da Superintendência da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. - SHIS, sito no 5º andar do seu Edifício Sede, Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou- se, sob a presidência do seu Diretor Superintendente, a 847a. Reunião da Diretoria da SHIS. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida ao exame dos processos em pauta. 1º) Processo nº 89934/77. ASSUNTO: O Senhor Diretor Imobiliário, propõe, via Relatório nº 26/77- DI, a edição da INSTRUÇÃO, regulamentando, no âmbito da Empresa, a tramitação de processos de aquisição de imóveis construídos e/ ou adquiridos com recursos próprios ou do Banco Nacional da Habitação. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando a necessidade de disciplinar a movimentação dos processos de unidades habitacionais, face a proximidade da conclusão dos trabalhos referentes a etapa de implantação do cadastramento dos imóveis já comercializados, que a Seção de Cadastro Imobiliário deve manter atualizado o acervo de informações, e ainda, a necessidade de evitar o desencontro nas informações, RESOLVE: Autorizar a edição de INSTRUÇÃO, disciplinando o assunto. RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON. 2º) Processo nº 089383/77. ASSUNTO: Substituição dos combogós especificados para os blocos em construção nas projeções G e S da QI- 04- SRIA I, a cargo da firma MAREISA S.A. DECISÃO: A DIRETORIA, acompanhando a exposição do Relator, RESOLVE: Aprovar a substituição proposta, bem como o desconto no faturamento da Empreiteira da importância de Cr$ 3.515,80 (três mil, quinhentos e quinze cruzeiros e oitenta centavos). RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS. 3º) Processso nº 057143/76. ASSUNTO: Recebimento dos serviços de reforma em 70 (setenta) casas, sitas na Quadra 14 de Sobradinho, executados pela firma EMPREC Ltda., em contrato com esta Sociedade. DECISÃO: A DIRETORIA, acompanhando o parecer do Relator, e o que mais consta no processo, RESOLVE: Homologar o recebimento dos serviços de reforma e recuperação das unidades habitacionais acima destacada, bem como considerá- los concluídos e entregues dentro do prazo contratual. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS. 4º) Processo nº 2407/74. ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNL- 17, Conjunto "J", Casa 13, Setor "L"- Norte de Taguatinga, prometido a GERALDO DOS SANTOS. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 034/77, RESOLVE AUTORIZAR: a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC- Reserva de Assistência Comunitária; b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro; c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro devidamente corrigido; d) a quitação da importância que porventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade. RELATOR: DILSON CARLOS REHEM. 5º) Processo nº 7539/73. ASSUNTO: Pedido de quitação total do imóvel situado na QNL- 02, Conjunto "D", Casa 08, Setor L/NORTE de Taguatinga, prometido a RAIMUNDO DA COSTA LIMA. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório nº 035/77, RESOLVE AUTORIZAR: a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC- Reserva de Assistência Comunitária; b) o cancelamento das prestações emitidas após o sinistro; c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro, devidamente corrigido; d) a quitação da importância que porventura exista, referente a Custas Judiciais decorrentes de ação ajuizada por esta Sociedade. RELATOR: DILSON CARLOS REHEM. Nada mais havendo a tratar, declarou o Senhor Diretor Superintendente, encerrada a reunião da qual eu, (NEIL DIAS ABRAHÃO), Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme vai subscrita por mim e assinada pelos membros presentes.
DILSON CARLOS REHEM- Diretor Superintendente- LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS- Diretor Técnico- SEMIÃO SOBRAL DE FARO- Diretor Financeiro- FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE- Diretor Administrativo- JOSÉ ROBERTO LUGON- Diretor Imobiliário

ATA DA 848ª. REUNIÃO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 1977

As 17:00 (dezessete) horas do dia 22 (vinte e dois) de julho de 1977 (mil novecentos e setenta e sete), no Gabinete da Superintendência da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. SHIS, sito no 5º. andar do seu Edifício Sede, Setor Comercial Sul de Brasília, realizou- se, sob a presidência do seu Diretor Superintendente, a 848ª. Reunião da Diretoria da SHIS. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida ao exame do processo em pauta. Processo nº. 83811/77. ASSUNTO: Relatório nº. 035/77- DT, relativo ao pagamento dos serviços extras executados pela firma Santa Bárbara Engenharia S/A, no processo de reforma e recuperação da Barraca de Brasília para a Festa dos Estados. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o que consta no parecer do relator, RESOLVE: 1. Reconhecer a exigiblidade dos serviços extras complementares, votando favoravelmente ao pagamento da importância correspondente, e no valor de Cr$ 48.795,39 (quarenta e oito mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e trinta e nove centavos). 2 - Submeter o assunto à apreciação e deliberação da Egrégia Assembléia Geral dos Sócios Quotistas da Empresa, para e dentro do previsto nos Estatutos promover- se o lançamento dessa despesa extra segundo as condições aprovadas e estabelecidas para a despesa principal. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS. Nada mais havendo a tratar, declarou o Senhor Diretor Superintendente, encerrada a reunião da qual, eu (NEIL DIAS ABRAHÃO), Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme vai subscrita por mim e assinada pelos membros presentes.

DILSON CARLOS REHEM - Diretor Superintendente; SEMIÃO SOBRAL DE FARO - Diretor Financeiro; LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS - Diretor Técnico; FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE - Diretor Administrativo; JOSÉ ROBERTO LUGON - Diretor Imobiliário.

ATA DA 849ª REUNIÃO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 1977

As 10:00 (dez) horas do dia 26 (vinte e seis) de julho de 1977 (mil novecentos e setenta e sete), no Gabinete da Superintendência da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. - SHIS, sito no 5º andar do seu Edifício Sede, Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou - se, sob a presidência do seu Diretor Superintendente, a 849ª Reunião da Diretoria da SHIS. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida ao exame do processo em pauta. Processo nº 089129/77. ASSUNTO: Dispõe sobre a publicação da relação dos nomes das pessoas inscritas para aquisição de unidades residenciais através desta Sociedade, 87.000 (oitenta e sete mil) nomes, aproximadamente. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o que consta no parecer do Relator, RESOLVE: a) referendar a decisão do Diretor Administrativo ao determinar a realização de licitação por Convite, embora o valor obtido, no presente caso, seja a nível de Tomada de Preços; b) aprovar a proposta apresentada pela J. Câmara e Irmãos S.A. (Jornal de Brasília), constante de fls. 08/10 de processo, no valor global de Cr$ 431.107,44 (quatrocentos e trinta e um mil, cento e sete cruzeiros e quarenta e quatro centavos), para a produção de dez mil (10.000) exemplares relativos à publicação de uma lista com aproximadamente 87.000 (oitenta e sete mil) candidatos a ser publicada como encarte do Jornal de Brasília; c) encaminhar o processo à Diretoria Financeira para empenhar a despesa. RELATOR: FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE. Nada mais havendo a tratar, declarou o Senhor Diretor Superintendente, encerrada a reunião da qual eu, (NEIL DIAS ABRAHÃO), Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme vai subscrita por mim e assinada pelos membros presentes.

DILSON CARLOS REHEM - Diretor Superintendente; LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS - Diretor Técnico; SEMIÃO SOBRAL DE FARO - Diretor Financeiro; FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE - Diretor Administrativo; JOSÉ ROBERTO LUGON - Diretor Imobiliário

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 199/77 - SSP, DE 05 DE AGOSTO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, combinado com o artigo 4º., incisos I e III, do Decreto nº 2.998, de 05 de setembro de 1975,

RESOLVE:

1. A colocação de anúncios e letreiros, nos Terminais Rodoviários das Regiões Administrativas, observará, no que couber, o disposto no Decreto nº 944, de 14 de fevereiro de 1969 - Código de Edificações das Cidades Satélites.

2. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Distrito Federal, 05 de agosto de 1977

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº. 200 DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O SECRETARIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º. e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.933, de 27 de junho de 1975 e tendo em vista o que consta do processo nº. 018.786/77,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por LYDIA GEISEL DOMINGUES, ao jazigo nº. 12, Quadra 313, do Cemitério "Campo da Esperança", situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultada sua mãe ALZIRA TORRES GEISEL, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº. 263, de 02 de dezembro de 1963.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977
JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA DE 08 DE AGOSTO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, e tendo em vista o Parecer da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos e a autorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, exarada no processo nº 007.646/76.

RESOLVE:

Conceder, nos termos do artigo 3º. do Decreto nº. 3.466, de 07 de dezembro de 1976, a Gratificação pela Representação de Gabinete a ALMERINDA DE SOUZA FERREIRA, Agente Administrativo, Classe "B", código SA - 401.3, matrícula nº. 6.181, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, no valor de Cr$ 1.100,00 (hum mil e cem cruzeiros), pelo encargo de Auxiliar "B".

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA

Atos do superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 94/77-AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, no uso das

atribuições que lhe confere o Título III, Capítulo I, Artigo 17, Item XVII, do Decreto nº 2.900 de 19 de maio de 1975,

RESOLVE:

Aplicar a servidora RUTH SILVA ADRIANO, matrícula 018, exercendo o cargo de Trabalhador, nível EP-1, a pena de suspensão de 02 (dois) dias, por haver infringido o artigo 482 letra "H" da C.L.T. a partir de 02.08.77.

Brasília, 1º de agosto de 1977

MARCILIO MARQUES BOTTI
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 95/77-AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASILIA, no uso das atribuições que lhe confere o Título III, Capítulo I, Artigo 17, Item XVII, do Decreto nº. 2.900 de 19 de maio de 1975,

RESOLVE:

Aplicar a ISRAEL FERNANDES VIANA, matrícula 289 exercendo a função de Guarda-Volumes, nível EP-7, a pena de suspensão de 10 (dez) dias, por haver infringido o artigo 482 letra "E" da C.L.T. a partir da presente data.

Brasília, 02 de agosto de 1977.

MARCILIO MARQUES BOTTI
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 96/77 - AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso II, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.900 de 19 de maio de 1975,

RESOLVE:

Designar IVALDO DINIZ, Diretor da Divisão de Administração Geral, matrícula nº 406, para compor a Comissão de Licitação da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, em substituição a MARGARIDA MARIA CERQUEIRA CAFÉ.

Brasília, 03 de agosto de 1977

MARCÍLIO MARQUES BOTTI
Superintendente

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 1º DE AGOSTO DE 1977

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, artigo 30, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir desta data, ALFREDO MODESTO DA COSTA, Encarregado de Limpeza Pública, EC - 10, matrícula nº 02.334, Substituto Eventual do Chefe do Núcleo de Operações Especiais, EC - 05, da Gerência de Operações do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana.

Brasília, 1º de agosto de 1977
PAULO CÉSAR CUNTIN FILPO
Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Superintendente

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DAG, DE 20 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº 14/76 - SLU, de outubro de 1976,

RESOLVE:

RESCINDIR, A PEDIDO, a partir desta data o contrato de trabalho com JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA, Trabalhador EP/01 matrícula 75.207 da TEP/SLU.

Brasília, 20 de julho de 1977
MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor Substituto

ORDEM DE SERVIÇO "DAG", DE 05 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pelo Art. 38, inciso III do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

Advertir a servidora MARIA FRANCISCA MEDEIROS COSTA, Praticante de Administração EP/07, matrícula 75.355, lotada na Seção do Pessoal desta DAG, por haver cometido ato de indisciplina

Brasília, 05 de agosto de 1977.
JOSÉ ROBERTO GOES PINTO
Divisão de Administração Geral
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO "DAG", DE 30 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL do serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº. 14/76-SLU, de 14 de outubro de 1976, e ainda o constante do processo nº. 336.927/77,

RESOLVE:

Rescindir, a partir desta data, de acordo com o art. 482, letra "h" da CLT, o contrato de trabalho com PEDRO FLORO DA COSTA SOBRINHO, Motorista EP/09, matrícula 75.045 da TEP/SLU.

Brasília, 30 de julho de 1977
MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor - Substituto

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

CONSELHO DELIBERATIVO

Sessão de 29 de julho de 1977
Processo nº.: 623801/77- FZ.
Interessado: DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO - FZ.
Assunto: Propõe alteração na Tabela de Empregos Permanentes da - FZDF.
Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº. 231

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 229ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XIX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando as necessidades da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, quanto ao ajustamento e complementação de seu quadro de pessoal;

considerando que, a alteração proposta não acarretará aumento de despesas na Tabela de Empregos Permanentes - TEP.

RESOLVE:

a) aprovar a alteração na Tabela de Empregos Permanentes da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, de acordo com a proposta do Chefe do Departamento Administrativo, anexo I, às peças 02 deste processo.

b) submeter a presente Resolução à homologação de Sua Excelência o Senhor Governador do Distrito Federal, nos termos do artigo 7º., parágrafo único do Decreto nº. 1.890 de 21 de dezembro de 1971.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro
JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

GDF - SAP - FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL
T.E.P. - TABELA DE EMPREGOS PERMANENTES

ALTERAÇÕES PROPOSTAS

ANEXO I

Nº ORD.	DENOMINAÇÃO	Nº EMPREGOS ATUAL	Nº EMPREGOS PROPOSTO	DESPESA MENSAL ATUAL	DESPESA MENSAL PROPOSTO
01 -	SERVENTE	390	380	400.920,	390.640,
02 -	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	002	003	20.280,	30.420,
TOTAIS.....		392	383	421.200,	421.060,

Brasília-DF., 21 de julho de 1977.

Fundação Zoobotânica D.F.
Depto. Administrativo
Paulo Roberto Soares
Chefe

Processo nº.: 3551/75- FZ.
Interessado: GERALDO NUNES CALAINHO
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº. 15, do Núcleo Rural Riacho das Pedras.
Relator: JOÃO ALCIDES HOMAR

RESOLUÇÃO Nº. 238

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 229ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOÃO ALCIDES HOMAR,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº. 15, do Núcleo Rural Riacho das Pedras, ao Sr. GERALDO NUNES CALAINHO, nos termos do Decreto nº. 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Conselheiro
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro
JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

Processo nº.: 5693/75- FZ
Interessado: RODYR ALAIM DA CUNHA GULBERT
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº. 34 - A, da Colônia Agrícola Ponte Alta.
Relator: JOÃO ALCIDES HOMAR

RESOLUÇÃO Nº. 239

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 229ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOÃO ALCIDES HOMAR.

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº. 34- A, da Colônia Agrícola Ponte Alta, ao Sr. RODYR ALAIM DA CUNHA GILBERT, nos termos do Decreto nº. 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Conselheiro
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro
JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 369, DE 28 DE JUNHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 314/77 - SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder ao CLUBE MONTE LIBANO DE BRASILIA, localizado na SCE/Sul, Trecho 02, Conjunto 03, Plano Piloto, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com a atividade de Associação Esportiva e Recreativa, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1978

Distrito Federal, 28 de junho de 1977

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

(DAR - 22.07.77 - Cr$ 48,00)

PORTARIA Nº 392, DE 18 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1.975, e tendo em vista o que consta do processo nº 336/77 - SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma DAMIÃO FRANCISCO RAMOS, estabelecida na QSB 09, lote 01, loja 04, Taguatinga, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "Snooker" no horário de 08:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1978

Distrito Federal, 18 de julho de 1977

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

(DAR - 18.07.77 - Cr$ 48,00)

PORTARIA Nº 402 DE 27 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.090, de 30.10.72, e tendo em vista o constante do proc. 3935/SAME.

RESOLVE:

Cancelar a Portaria nº 28/77 - SEP, de 24 de fevereiro de 1977, da firma

FERCAL S/A - Fertilizantes Calcários, Dossier nº 5.935/SAME, por ter sido a mesma incorporada a CIMENTO TOCANTINS S/A.

Distrito Federal, 27 de julho de 1977

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

(DAR - 18.07.77 - Cr$ 175.50)

PORTARIA Nº 403 DE 27 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.090, de 30.10.72, e tendo em vista o constante do proc. 9517/SAME,

RESOLVE:

Conceder à firma CIMENTO TOCANTINS S/A, Dossier nº 9.517/SAME, estabelecida nesta Capital, na Rodovia DF - 07 Km 18, com escritórios no SCS - Ed. Antônio Venâncio da Silva - 13º andar, com ramo de Indústria de Cimento, Produtos Derivados de Calcário, Mineração em Geral, neste ato representada pelo seu Gerente Financeiro/Administrativo - Economista Ataliba Antonio da Cunha, inscrita no CGC sob o nº 00.065.557/0001 - 00, e no GDF sob o nº 07002052 - 3, com CERTIFICADO DE REGISTRO nº 177 (Apostilamento), fornecido pelo CMP e 11º. RM, LICENÇA para utilizar - se dos produtos controlados de que trata o seu pedido de registro, de conformidade com o Art. 85 do Regulamento aprovado pelo Decreto 55.649, de 28 de janeiro de 1965 (R/105), enquanto observadas as disposições em vigor e sob a fiscalização do Serviço de Controle de Armas, Munições e Explosivos (SAME).

A presente portaria tem validade para funcionamento, que produzir a seus efeitos durante o triênio - 1977, 1978 e 1979.

Distrito Federal, 27 de julho de 1977

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

(DAR - 18.07.77 - Cr$ 175,50)

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento Aprovado pelo Decreto nº 2868, de 25 de março de 1975,

RESOLVE:

Designar NELSON ALVES DA COSTA, Agente Administrativo, Código SA - 401.4, matrícula nº 32.339, do Quadro de Pessoal do DF, para substituir eventualmente um dos membros da Comissão Permanente de Licitações, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 26 de julho de 1977

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 29 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é deferida pelo artigo 387, item III, do Decreto 59.310, de 27 de setembro de 1966, e tendo em vista o que consta dos expedientes protocolizados sob os nºs 122.168 e 122.564/77 - SEP,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a penalidade de quinze (15) dias de suspensão aplicada ao Agente de Polícia PAULO MARTINS DA SILVA MATTOS, matrícula nº 30.325 - SEP; pela Portaria de 14 de junho de 1977, publicada no Boletim nº 0112, de 16 do mesmo mês e ano.

Distrito Federal, 29 de julho de 1977

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA DE 1º DE AGOSTO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975,

RESOLVE:

Designar nos termos do artigo 21, alínea "a", do Decreto nº 2.951/75, RAIMUNDA QUEIROZ CABRAL, Datilógrafa, Código SA - 402.2, matrícula nº 32.351, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Tesouraria, da Divisão Financeira, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Segurança Pública do DF, durante o afastamento do mesmo por motivo de licença para tratamento de saúde, no período de 29 de julho a 27 de setembro do corrente ano.

Distrito Federal, 1º de agosto de 1977

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 1º DE AGOSTO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Mandar cessar o pagamento da Gratificação pela Representação de Gabinete, concedida através da Portaria de 25 de janeiro de 1977, ao servidor ADELCIO INÁCIO DA SILVA, matrícula 34.053, a partir de 1º de agosto de 1977.

Brasília, DF - 01 de agosto de 1977

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 2 DE AGOSTO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2868/75,

RESOLVE:

Designar, nos termos do Art. 21, letra "a", do Decreto nº 2951/75, SEBASTIÃO CHAVES DE OLIVEIRA, Agente de Polícia "B", matrícula 31.641, para substituir o Chefe da Seção de Análise e Processamento da Divisão de Polícia Interestadual da Coordenação de Informações Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares do seu titular, no período de 03 a 30.08.77.

Distrito Federal, 2 de agosto de 1977

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE TRANSITO

Atos do Diretor

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 397/77 - DETRAN - DF, 20 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, ítem X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 396138/77,

RESOLVE:

DESIGNAR os médicos ORLANDO MARANHÃO GOMES DE SÁ CRM - 750; JOSÉ MARIO COSTA CRM - 1794 e VICENTE DE MELO CRM - 1780, para, sob a presidência do primeiro e na forma do artigo 153 parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, constituirem JUNTA MÉDICA ESPECIAL, para no dia 21 de julho do ano em curso, examinarem o Sr. JOSÉ PACHECO CAVALCANTE, para fins de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.

Brasília - DF, 20 de julho de 1977

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 398/77 - DETRAN - DF, 15 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, ítem XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 396249/77,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0008993 - GO - 001, profissional "A", expedida pelo DETRAN - GO em nome de FRANCISCO DE ASSIS SANTOS pelo prazo de 01 (hum) mês de acordo com o artigo 199, inciso I do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter permitido que pessoa não habilitada dirigisse o veículo placa AJ - 5485.

Brasília - DF, 15 de julho de 1977

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 399/77 - DETRAN - DF, 15 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, ítem X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 396288/77,

RESOLVE:

DESIGNAR os médicos ORLANDO MARANHÃO GOMES DE SÁ CRM - 750; JOÃO BATISTA TEIXEIRA PINTO CRM - 2196 e VICENTE DE MELO CRM - 1780, para, sob a presidência do primeiro e na forma do artigo 153 parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, constituirem JUNTA MÉDICA ESPECIAL; para no dia 29 de julho do ano em curso examinarem o Sr. LUIZ DIAS DA SILVA, para fins de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.

Brasília - DF, 20 de julho de 1977

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 400/77 - DETRAN - DF, 06 DE MAIO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, ítem XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 396387/77,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 72 - 50727, motociclista - profissional C - 2, expedida pelo DETRAN - DF em nome de JUAREZ LUIZ DE CARVALHO pelo prazo de 03 (três) meses de acordo com o artigo 199, inciso II, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo autumotor por igual prazo por ter sido autuado em flagrante delito, dirigindo o veículo placa TX - 1026 - DF, em estado de embriaguêz alcóolica, devidamente comprovado pelo Instituto de Medicina Legal - SEP.

Brasília - DF, 06 de maio de 1977

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 401/77 - DETRAN - DF, 15 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, ítem XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 396389/77,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0095014/ GO - 001, profissional, expedida pelo DETRAN - GO em nome de JOSÉ MARIA GOMES pelo prazo de 03 (três) meses de acordo com o artigo 199 inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa AI - 9705 - DF, não licenciado para esse fim.

Brasília - DF, 15 de julho de 1977

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 432 DE 01 DE AGOSTO DE 1977.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN- DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XLIII do regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o disposto no inciso I, parágrafo 1º do Artigo 12 do Decreto nº 3097 de 22 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Designar ANTONIO CARRIJO BARBOSA JUNIOR, Supervisor de Cadastro de Veículos da Gerência de Controle de Veículos, símbolo EC- 03, matrícula nº 00031 e o Bacharel FÁBIO CORTEZ, Gerente da Gerência de Controle de Veículos, símbolo EC- 01, matrícula nº 00008, para executores do convênio celebrado em 09/07/77, entre o DETRAN- DF e a Companhia de Desenvolvimento do Planalto- CODEPLAN, visando serviços na área de processamento de dados, cabendo- lhes as atribuições de acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução dos serviços convenidos.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO- Bel.
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 433/77- DETRAN- DF, 01 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, ítem XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 396012/77,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0071305- Y- 001, profissional A, expedida pelo DETRAN- DF, em nome de EVANIO EVANGELISTA DOS SANTOS, com fulcro nos parágrafos 1º e 2º do artigo 159, combinados com o artigo 199, inciso XIV, todos do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, até a realização de novos exames de sanidade físicamental, pisicotécnico e técnico, por ter se envolvido em acidentes graves, conforme denúncia da 13a. Delegacia Policial fundamentada nos processos 126/76, 155/76 e 009/77 instaurados na mesma delegacia.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO dos direitos de dirigir veículo automotor até a realização dos referidos exames.

Brasília- DF, 01 de agosto de 1977

JOSEVAL BRITO CARNEIRO- Bel
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 434/77- DETRAN- DF, 28 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, ítem X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 396053/77,

RESOLVE:

DESIGNAR os médicos ORLANDO MARANHÃO GOMES DE SÁ CRM- DF 750; JOSÉ MARIO COSTA CRM- DF 1794 e VICENTE DE MELO CRM DF 1780, para, sob a presidência do primeiro e na forma do artigo 153 e parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, constituirem JUNTA MÉDICA ESPECIAL, para no dia 05 de agosto do ano em curso, examinarem o Sr. VALDIVINO ALVES DA SILVA, para fins de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.

Brasília- DF, 28 de julho de 1977

JOSEVAL BRITO CARNEIRO- Bel
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 435 DE 01 DE AGOSTO DE 1977.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN- DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976.

RESOLVE:

Dispensar, CARLOS RIBEIRO FILHO, do Emprego em Comissão, símbolo EC- 03 de Supervisor de Operações Técnicas da Gerência de Policiamento e Fiscalização de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, a partir desta data.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO- Bel
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 436 DE 01 DE AGOSTO DE 1977.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN - DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976.

RESOLVE:

Dispensar NIZE DE ALENCAR LIMA, do Emprego Permanente de Servente, Nível EP - 01, constante da Tabela de Empregos Permanentes do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, a partir desta data.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel
Diretor - Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 437 DE 01 DE AGOSTO DE 1977.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN - DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XIII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976.

RESOLVE:

Designar o Cap. PMDF EDES COSTA e a Belª. NEIDE DIB SALOMÃO REIS, para exercerem as funções de membros da Comissão Examinadora de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel.
Diretor - Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 446 DE 03 DE AGOSTO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN - DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XXVI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, LUIS RIOGI MIURA, Psicologo, EP - 17, matrícula nº 00012/DETRAN, do Emprego em Comissão, de Supervisor de Psicologia de Trânsito, símbolo EC - 02, da Gerência de Habilitação e Aprendizagem do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, constan-

te da Tabela de Emprego em Comissão desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, a partir desta data.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel
Diretor Geral

PROCESSO Nº: 396.505/77
INTERESSADO: Elétrica Keluz LTDA
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e emissão de Nota de Empenho no valor de Cr$ 1.232,00

DESPACHO: De acordo. Publique - se e devolva - se à Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.

Em, 01 de agosto de 1977

PROCESSO Nº: 396.506/77
INTERESSADO: IBM DO BRASIL - Ind. Maq. e Serviços
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e emissão de Nota de Empenho no valor de Cr$ 2.760,00

DESPACHO: De acordo. Publique - se e devolva - se à Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.

Em, 01 de agosto de 1977

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel. Diretor - Geral

PROCESSO Nº: 396.494/77
INTERESSADO: DETRAN - DF - SUCONT
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e emissão de Nota de Empenho no valor de Cr$ 10.735,44
DESPACHO: Autorizo, a emissão da Nota de empenho.

Em, 28 de julho de 1977

PROCESSO Nº: 396.549/77
INTERESSADO: VASP
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e emissão de Nota de Empenho no valor de Cr$ 487,30

DESPACHO: De acordo. Publique - se e devolva - se à Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.

Em, 01 de agosto de 1977

Ass. JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel. Diretor - Geral

JUNTA DE CONTROLE DO DETRAN-DF

ATA DA 41ª. REUNIÃO DA JUNTA DE CONTROLE DO DETRAN - DF

Aos vinte e um dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, às 16:00 horas, realizou - se a 41ª. (quadragésima primeira) reunião da Junta de Controle do DETRAN - DF, sob a presidência do Sr. WALTER BREY JUNIOR, presentes os Senhores CLÁUDIO MOTA DE ALMEIDA e GERISVANDER VIEIRA CAMPOS, membros. Aberta a reunião, o Sr. Presidente solicitou que se procedesse à leitura da ATA da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, os Membros deste Colegiado se deslocaram até a Supervisão de Contabilidade, onde ouviram da Supervisora, Maria Dejanira Brito Pereira, explicações do modo como funcionará a Contabilidade do DETRAN após implantação do novo sistema, visto que todos os serviços contábeis passarão para o Computador. Após dirimir todas as dúvidas, concernentes à Contabilidade, os componentes da Junta de Controle passaram a examinar os Balancetes dos meses de janeiro a junho de 1977, os quais, por carecerem de uma análise mais apurada, serão objeto de estudos em mais de uma reunião. A seguir, foram examinados e aprovados pelo Colegiado, os seguintes processos: 395203/77, em que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, solicita o pagamento da fatura nº 976/SC/GF/77 no valor de Cr$ 155,10 (cento e cincoenta e cinco cruzeiros e dez centavos), relativo a despesas com portes e telegramas, em janeiro de 1977; 395268/77, no qual a Supervisão de Pessoal, da GAGE - DETRAN/DF, solicita o recolhimento à Secretaria de Segurança Pública da importância de Cr$ 24.121,66 (vinte e quatro mil, cento e vinte e um cruzeiros e sessenta e seis centavos), referente a descontos efetuados em folha, no mês de fevereiro de 1977; 395259/77, em que a Supervisão de Pessoal, da GAGE - DETRAN/DF, solicita o recolhimento à Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal, da importância de Cr$ 240,00 (duzentos e quarenta cruzeiros), referente a descontos efetuados em folha de pagamento do mês de fevereiro, de 1977; 395269/77, no qual a Supervisão de Pessoal da GAGE - DETRAN/DF, solicita o recolhimento ao Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, da importância de Cr$ 2.058,00 (dois mil e cincoenta e oito cruzeiros), relativo a descontos efetuados em folha de pagamento do mês de fevereiro de 1977; 395217/77, em que a Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos - EBCT, solicita o pagamento da fatura nº 1035/SC/GF/77 no valor de Cr$ 53,08 (cincoenta e três cruzeiros e oito centavos), relativo as despesas com portes e telegramas, durante o mês de janeiro de 1977. As 18:00 horas, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, eu, DILSON JOSÉ DUARTE MOREIRA, Secretário, lavrei a presente ATA, que lida e aprovada, vai assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Membros e por mim.

WALTER BREY JUNIOR - SEF - Presidente; CLÁUDIO MOTA DE ALMEIDA - Membro - SEG; GERISVANDER VIEIRA CAMPOS - Membro - SEP; DILSON JOSÉ DUARTE MOREIRA - Secretário.

ATA DA 42ª. REUNIÃO DA JUNTA DE CONTROLE DO DETRAN - DF

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, às 16:00 horas, realizou - se a 42ª (quadragésima segunda) reunião da Junta de Controle do DETRAN - DF, sob a Presidência do Senhor WALTER BREY JUNIOR, presentes os Senhores CLÁUDIO MOTA DE ALMEIDA e GERISVANDER VIEIRA CAMPOS, membros. Aberta a reunião, o Senhor Presidente solicitou que se procedesse à leitura da ATA da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Colegiado passou à apreciação dos Balancetes "Financeiro, Patrimonial e orçamentário", referente aos meses de janeiro e fevereiro de 1977. As 18:00 horas, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu DILSON JOSÉ DUARTE MOREIRA, Secretário lavrei a presente ATA, que lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Membros e por mim.

WALTER BREY JUNIOR - SEF - Presidente; CLÁUDIO MOTA DE ALMEIDA - Membro - SEG; GERISVANDER VIEIRA CAMPOS - Membro; SEP; DILSON JOSÉ DUARTE MOREIRA - Secretário.

ATA DA 43ª. REUNIÃO DA JUNTA DE CONTROLE DO DETRAN - DF

Aos vinte e oito dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, às 16:00 horas realizou - se a 43ª. (quadragésima terceira) reunião da Junta de Controle do DETRAN - DF, sob a Presidência do Sr. WALTER BREY JUNIOR presentes os Senhores CLÁUDIO MOTA DE ALMEIDA e GERISVANDER VIEIRA CAMPOS, membros. Aberta a reunião o Senhor Presidente solicitou que se procedesse à leitura da ATA da reunião anterior, que, posta em discussão, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Colegiado passou à apreciação dos Balancetes "Financeiro, patrimonial e orçamentário", referente aos meses de março e abril de 1977. As 18:00 horas, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, eu, DILSON JOSÉ DUARTE MOREIRA, Secretário, lavrei a presente ATA, que lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Membros e por mim.

WALTER BREY JUNIOR - SEF - Presidente; CLÁUDIO MOTA DE ALMEIDA - Membro; SEG; GERISVANDER VIEIRA CAMPOS - Membro - SEP; DILSON JOSÉ DUARTE MOREIRA - Secretário.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 123, DE 01 DE AGOSTO DE 1977.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante do Processo nº 1681/77,

RESOLVE:

Conceder exoneração, a partir desta data, de acordo com o art. 75, item I, da Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952, combinado com os arts. 51 e 63 do Decreto- lei nº 274, de 28 de fevereiro de 1967, a PAULO ROCHA NEDDERMEYER, do cargo em comissão de Chefe da 3a. Seção, Símbolo TC- 4, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares- Parte Suplementar, com lotação na 1a. Inspetoria Seccional, da Inspetoria-Geral de Controle Externo.

Brasília- DF., em 01 de agosto de 1977.

HERACLIO ASSIS DE SALLES
Presidente

PORTARIA Nº 124, DE 02 DE AGOSTO DE 1977.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante do Processo nº 1857/77,

RESOLVE:

Conceder exoneração, a partir de 1º do corrente, de acordo com o art. 75, item 1, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com os artigos 51 e 63, do Decreto- lei nº 274, de 23 de fevereiro de 1967, a GLADYS CERVEIRA DE SENA, do cargo de Auxiliar de Controle Externo "B", código TCDF- CE- 012.2, Referência 33, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares desta Corte. Brasília- DF., em 02 de agosto de 1977.

HERACLIO ASSIS DE SALLES
Presidente

PORTARIA Nº 125, DE 02 DE AGOSTO DE 1977.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante do Processo nº 1857/77,

RESOLVE:

Dispensar, a partir de 1º do corrente, GLADYS CERVEIRA DE SENA, da função de Assistente, código TCDF- DAI- 112.2, do Gabinete do Chefe do Serviço de Administração, da Diretoria- Geral de Administração, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares desta Corte, designada pela Portaria nº 93, de 30 de agosto de 1976, em virtude de exoneração, a pedido, do cargo de Auxiliar de Controle Externo, código TCDF- CE- 012.2. Referência 33, do mesmo Quadro de Pessoal.

Brasília- DF., em 02 de agosto de 1977.

HERACLIO ASSIS DE SALLES
Presidente

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM A VINCULAÇÃO, EM GARANTIA, DE PARCELAS DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO E DO ICM.

A CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, instituição financeira, sob a forma de empresa pública, criada pelo Decreto - lei nº 759/69, modificado pelo Decreto - lei nº 1.259/73, e constituída pelo Decreto nº 66.303/70 alterado pelos Decretos nºs 66.957/70, 69.006/71 e 71.849/73 com sede e foro em Brasília- Distrito Federal, inscrita no CGC- MF sob o nº 00.360.305, na qualidade de administradora e gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, conforme Decreto nº 75.508/75, alterado pelo Decreto nº 75.975/75, e a Norma Geral sobre a Gestão e Administração do FAS, baixada com a Portaria Interministerial nº 48, de 30 de abril de 1975, do Ministro da Fazenda e do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento, representada, neste ato, por seu Presidente, Doutor Humberto Esmeraldo Barreto, daqui por diante designada simplesmente CEF, e do outro lado o DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo seu Governador Doutor Elmo Serejo Farias, ora denominado simplesmente FINANCIADO, devidamente autorizado, nos termos da lei nº 6.425, de 27 de junho último, com a interveniência do BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A, com sede nesta Capital, inscrito no CGC - MF, sob o nº 00000208/0001 - 00, representado, neste ato, por seu Presidente, Doutor Hélio Ribeiro de Oliveira, e por seu Diretor, Doutor Luis Felippe Correa de Azevedo, tem justo e contratado um financiamento no valor de Cr$ 137.500.000,00 (cento e trinta e sete milhões, e quinhentos mil cruzeiros), com recursos provenientes do FAS e destinados a dotar a região da Ceilândia, DF, de melhor estrutura, sócio - educacional, com a construção e instalação de 1 (um) Centro de Ensino; 1 (um) Centro de Educação Permanente; 15(quinze) Escolas - Classe de 12 (doze) salas - de - aula, cada uma; substituição de outras 25 (vinte e cinco) salas provisórias e ampliação, recuperação e urbanização das Escolas - Classe e Centros de Ensino existentes, regendo - se o presente contrato pelas cláusulas e condições a seguir enunciadas;

PRIMEIRA - Aplicação do Financiamento

O financiamento ora concedido para as finalidades previstas no preâmbulo deste instrumento, preenchidas as condições estabelecidas na cláusula seguinte, será aplicado de acordo com o Demonstrativo de Usos e Fontes anexo e integrantes deste instrumento.

Parágrafo Único - A pedido do FINANCIADO e a exclusivo critério da CEF, o Demonstrativo de Usos e Fontes de que trata esta cláusula poderá ser alterado ou substituido, passando o respectivo instrumento de alteração ou substituição a integrar e complementar o presente contrato, para todos os efeitos legais.

SEGUNDA - Entrega do Financiamento

A quantia mutuada, no valor de Cr$ 137.500.000,00 (cento e trinta e sete milhões e quinhentos mil cruzeiros) será entregue, parceladamente, ao FINANCIADO , mediante créditos na conta nº 9001.68 - 9, de que o FINANCIADO é titular, na Agência Central, da Filial de Brasília, da CEF, desde que preenchidas as seguintes condições: I) a primeira parcela, no valor de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), será entregue após a assinatura do presente contrato e a comprovação, pelo FINANCIADO, perante a CEF e a critério desta; a) da transcrição deste instrumento no Registro de Títulos e Documentos desta Cidade; b) da publicação do presente contrato no Diário Oficial; e c) do arquivamento de uma das vias deste instrumento em Agência local do Banco do Brasil S/A, depositária do Salário - Educação; II) a segunda parcela, no valor de Cr$ 27.500.000,00 (vinte e sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), será entregue após a comprovação pelo FINANCIADO, perante a CEF e a critério desta: a) da aplicação da parcela anterior, b) da comprovação da posse e domínio dos terrenos a serem utilizados no empreendimento; c) da apresentação dos projetos arquitetônicos de cada uma das obras; e d) da contratação das construções e apresentação dos respectivos cronogramas físicos de cada uma das obras; III) a terceira parcela, no valor de Cr$ 20.500,000,00 (vinte milhões e quinhentos mil cruzeiros), será entregue após a comprovação, pelo FINANCIADO, perante a CEF e a critério desta, da aplicação da parcela anterior, conforme estabelecido no Demonstrativo de Usos e Fontes anexo; IV) a quarta parcela, no valor de Cr$ 20.700.000,00 (vinte milhões e setecentos mil cruzeiros), será entregue após a comprovação pelo FINANCIADO, perante a CEF e a critério desta, da aplicação da parcela anterior, conforme estabelecido no Demonstrativo de Usos e Fontes anexo; V) a quinta parcela no valor de Cr$ 20.800.000,00 (vinte milhões e oitocen-

tos mil cruzeiros), será entregue após a comprovação pelo FINANCIADO, perante a CEF e a critério desta da aplicação da parcela anterior, segundo estabelecido no Demonstrativo de Usos e Fontes anexo; ; VI) a sexta parcela, no valor de Cr$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), será entregue após a comprovação pelo FINANCIADO, perante a CEF e a critério desta, da aplicação da parcela anterior, conforme previsto; e VII) a sétima e última parcela, no valor de Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), será entregue após a comprovação pelo FINANCIADO, perante a CEF, e a critério desta: a) da aplicação da parcela anterior; b) da conclusão das obras e instalação dos respectivos equipamentos; e c) da averbação da construção dos prédios nos Registros de Imóveis competentes.

Parágrafo Único - Se, ao término do período de carência fixado, na cláusula terceira, não houver sido entregue a totalidade do financiamento ora concedido, por inobservância, por parte do FINANCIADO de qualquer das condições estabelecidas nesta cláusula e na cláusula anterior, a CEF ficará desobrigada de creditar a parcela ou parcelas restantes, limitando - se o financiamento ao total das quantias entregues.

TERCEIRA - Prazo

O prazo do presente contrato é de 14 (quatorze) anos, a contar desta data, nele compreendido o período de 2 (dois) anos de carência.

QUARTA - Correção Monetária

Sobre o saldo devedor, correspondente às parcelas do financiamento que forem entregues, incidirá correção monetária calculada na base de 40% (quarenta por cento) do percentual de variação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ORTN's) ou segundo critério que vier a ser estabelecido para fins de correção monetária relativa à aplicação de recursos provenientes do FAS, na hipótese de extinção das ORTN's.

Parágrafo Primeiro - A correção monetária será calculada na base de 40% (quarenta por cento) do percentual que resultar da diferença entre o valor da ORTN fixado para o primeiro mês do trimestre civil em curso e o valor da ORTN fixado para o primeiro mês do trimestre civil anterior.

Parágrafo Segundo - Durante o período de carência, a correção monetária, calculada na forma acima, será capitalizada no último dia de cada trimestre civil, para o efeito de integrar o saldo devedor.

Parágrafo Terceiro - Após o término do período de carência, a correção monetária será calculada na forma acima e exigível no último dia de cada trimestre civil e até a integral liquidação da dívida.

QUINTA - Juros

Incidirão, ainda, sobre o saldo devedor corrigido, decorrente das parcelas do financiamento, que forem entregues, juros compensatórios à taxa efetiva de 6% (seis por cento) ao ano, calculados e exigíveis no último dia de cada trimestre civil, inclusive durante o período de carência e até a integral liquidação da dívida.

SEXTA - Amortizações

O saldo devedor correspondente às parcelas do financiamento que forem entregues, de conformidade, com as cláusulas PRIMEIRA e SEGUNDA, acrescido dos valores das correções monetárias capitalizadas durante o período de carência, ou seja, até 30.06.1979, será amortizado em 48 (quarenta e oito) parcelas trimestrais e sucessivas vencíveis no último dia de cada trimestre civil, operando - se o vencimento da primeira em 30.09.1979.

Parágrafo Único - As 48 (quarenta e oito) parcelas trimestrais de que trata esta cláusula serão de valores resultantes da aplicação dos percentuais abaixo indicados, ao saldo devedor apurado em 30 de junho de 1979, conforme segue: a) as 04 (quatro) primeiras cada uma de valor correspondente a 1,00% (hum por cento); b) as 04 (quatro) subsequentes, cada uma de valor correspondente a 1,20% (hum inteiro e vinte centésimos por cento); c) as 04 (quatro) subsequentes, cada uma de valor correspondente a 1,40% (hum inteiro e quarenta centésimos por cento); d) as 04 (quatro) subsequentes, cada uma de valor correspondente a 1,60% (hum inteiro e sessenta centésimos por cento); e) as 04 (quatro) subsequentes, cada uma de valor correspondente a 1,80% (hum inteiro e oitenta centésimos por cento); f) as 04 (quatro) subsequentes, cada uma de valor correspondete a 2,00% (dois por cento); g) as 04 (quatro) subsequentes, cada uma de valor correspondente a 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento); h) as 04 (quatro) subsequentes, cada uma de valor correspondente a 2,40% (dois inteiros e quarenta centésimos por cento); i) as 04 (quatro) subsequentes, cada uma de valor correspondente a 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento); j) as 04 (quatro) subsequentes, cada uma de valor correspondente a 2,80% (dois inteiros e oitenta centésimos por cento); e l) as 08 (oito) últimas prestações, cada uma de valor correspondente a 3,00% (três por cento).

SÉTIMA - Local de Pagamento

O FINANCIADO se obriga a efetuar os pagamentos das quantias decorrentes da aplicação da correção monetária e da incidência de juros, bem como das quantias correspondentes às amortizações, de que tratam as cláusulas QUARTA, QUINTA e SEXTA, nas épocas próprias, na Agência Central, da Filial de Brasília, da CEF.

OITAVA - Amortização Facultativa

O FINANCIADO poderá efetuar pagamentos extraordinários para amortizar a dívida, ficando, porém, estipulado que o valor de cada pagamento extraordinário deverá corresponder, no mínimo, ao valor da primeira prestação das amortizações a vencer. Ocorrendo a hipótese prevista nesta cláusula, as prestações remanescentes cujos percentuais permanecerão inalterados, em relação ao saldo devedor, terão seus vencimentos sucessivamente antecipados, observando - se para esse efeito e sem interrupção, a data trimestral estabelecida na cláusula SEXTA, com a consequente redução do prazo.

NONA - Vinculação em Garantia, de Parcelas do Salário - Educação.

Em garantia da dívida e demais obrigações ora estipuladas, a CEF e o FINANCIADO convencionam constituir, por este instrumento e nos termos da Lei nº 6.425, de 27 de junho de 1977, a vinculação de parcelas provenientes da arrecadação do Salário -Educação que forem atribuídas ao FINANCIADO, nos termos do Decreto nº. 76.923, de 26 de dezembro de 1975.

Parágrafo Primeiro - Fica assegurado à CEF, de forma plena e irrevogável, em decorrência da vinculação constituída de conformidade com esta cláusula, o direito de requisitar ao Banco do Brasil S/A - depositário legal do Salário - Educação, o pagamento das quantias correspondentes a juros, correção monetária e amortizações estipulados neste contrato, vencidos e não pagos, nas épocas próprias.

Parágrafo Segundo - O FINANCIADO outorga á CEF, por este instrumento, e na melhor forma de direito, poderes irretratáveis e irrevogáveis para receber do Banco do Brasil S/A - depositário legal do Salário - Educação - as quantias cujo pagamento for requisitado, de conformidade com o parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro - Ainda em decorrência da vinculação constituida de conformidade com esta cláusula, o FINANCIADO autoriza, de forma plena e irrevogável, o Banco do Brasil S/A - depositário legal do Salário - Educação - a pagar à CEF, mediante requisição desta, por escrito, as quantias correspondentes a juros, correção monetária, e amortizações estipuladas neste contrato, vencidos e não pagos, nas épocas próprias.

DÉCIMA - Vinculação, em Garantia, de Parcelas do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM.

Ainda em garantia da dívida e demais obrigações decorrentes deste contrato, o FINANCIADO constitui, por este instrumento e nos termos da Lei nº 6.425, de 27 de junho de 1977, vinculação de parcelas a ele pertencentes do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias (ICM).

Parágrafo Primeiro - Em decorrência da vinculação ora constituida e para efeito de assegurar a eficácia da mesma vinculação o FINANCIADO autoriza, de forma plena e irrevogável, o interveniente, BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A a: I) bloquear tantas parcelas do ICM a ele pertencentes quantas sejam necessárias ao pagamento de juros, correção monetária, amortizações e demais obrigações pecuniárias decorrentes deste contrato, até a solução integral da dívida; e II) pagar à CEF, mediante requisição desta, por escrito, as quantias correspondentes a juros, correção monetária e amortizações vencidos e não pagos nas épocas próprias, levando a seu débito os valores correspondentes.

Parágrafo Segundo - Ainda em decorrência da vinculação ora constituída e para o efeito de assegurar a eficácia da mesma vinculação o FINANCIADO outorga à CEF, por este instrumento, e na melhor forma de direito, poderes irrevogáveis e irretratáveis para requisitar e receber do BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A das parcelas por este bloqueadas do ICM, as quantias correspondentes aos juros, à correção monetária e às amortizações estipuladas nas cláusulas QUARTA, QUINTA e SEXTA, vencidos e não pagos nas épocas próprias.

Parágrafo Terceiro - O interveniente, BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A, declara expressamente que nada tem a opor à vinculação ora constituida, de parcelas do ICM pertencentes ao FINANCIADO, como também nada tem a opor ao mandato outorgado à CEF, nos termos do parágrafo anterior, e, em conseqüência, obriga - se, de forma plena e irrevogável: a: I) bloquear mediante solicitação da CEF, por escrito, tantas parcelas do ICM pertencentes ao FINANCIADO quantas sejam necessárias ao pagamento das obrigações pecuniárias decorrentes deste contrato; II) pagar à CEF, mediante requisição desta, por escrito, dentro de 3 (três) dias úteis bancários, contados do recebimento da correspondente requisição, os juros, a correção monetária e as amortizações contratualmente estipulados; III) liberar as quantias bloqueadas depois do comprovado o pagamento das obrigações pecuniárias correspondentes.

Parágrafo Quarto - O interveniente, BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A, convenciona com a CEF que o inadimplemento das obrigações assumidas nos termos dos itens I e II, do parágrafo anterior, por fato a ele imputável, resolver - se - ão pelo ressarcimento dos prejuízos advindos à CEF, os quais, desde logo, ficam prefixados nos valores equivalentes aos juros, à correção monetária é às amortizações estipulados nas cláusulas QUARTA, QUINTA e SEXTA deste instrumento.

Parágrafo Quinto - O FINANCIADO se obriga a não constituir qualquer outra vinculação de parcelas a ele pertencentes do ICM, sem a concordância prévia e escrita da CEF.

DÉCIMA PRIMEIRA - Obrigações Gerais do FINANCIADO

O FINANCIADO se obriga a: I) promover a transcrição do presente contrato no Registro de Títulos e Documentos desta cidade, dentro de 8 (oito) dias contados a partir desta data; II) promover a publicação do presente contrato no Diário Oficial, dentro de 20 (vinte) dias contados a partir desta data: III) arquivar em Agência local do Banco do Brasil S/A, para os fins previstos na cláusula NONA, uma via do presente contrato; IV) observar a legislação relativa à fiscalização atribuída ao Tribunal de Contas do Distrito Federal; V) prestar à CEF, por escrito e dentro dos prazos por esta prefixados, todas as informações que lhe forem solicitadas relativamente à aplicação do financiamento; VI) permitir a representantes da CEF, devidamente credenciados, em qualquer momento, a verificação da correta aplicação do financiamento, assegurando - lhes para esse efeito, ampla fiscalização das obras financiadas; VII) colocar e manter, durante o prazo contratual, nos prédios escolares financiados, em lugar visível ao público, placa indicativa da concessão do presente financiamento, dentro de 15 (quinze) dias contados a partir da data do recebimento de carta que lhe será enviada pela CEF, contendo os dizeres e especificações da placa em referência; VIII) administrar os prédios escolares financiados de modo a mantê - los em perfeito estado de segurança, conservação e funcionamento.

DÉCIMA SEGUNDA - Vencimento Antecipado da Dívida

Operar - se - á, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, para os efeitos do artigo 960 do Código Civil, o vencimento antecipado do financiamento ora concedido., na hipótese de se verificar o inadimplemento de toda e qualquer obrigação do FINANCIADO estipulada no presente instrumento.

DÉCIMA TERCEIRA - Cláusula Penal

Na falta de pagamento, nos seus vencimentos de quaisquer quantias devidas à CEF ou em caso de inadimplemento de quaisquer outras obrigações contratualmente estipuladas, a taxa de juros prevista na cláusula QUINTA, deste instrumento ficará elevada de 1% (hum por cento) a título de mora, independentemente de interpelação ou aviso judicial ou extrajudicial e sem prejuízo da imediata exigibilidade da dívida e demais cominações de direito.

DÉCIMA QUARTA - Pena Convencional

Se a CEF tiver que recorrer à via judicial para haver o pagamento de seu crédito, terá direito à pena convencional, irredutível de 10% (dez por cento), calculada sobre a totalidade da dívida.

DÉCIMA QUINTA - Foro

Para quaisquer questões que decorram direta ou indiretamente do presente contrato, o foro é o da Sede da Seção Judiciária da Justiça Federal nesta Capital.

E, por estarem assim justos e contratados, a CEF, o FINANCIADO e o BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A rubricam e assinam o presente instrumento e o Demonstrativo de Usos e Fontes anexo, em 06 (seis) vias de igual teor.

Brasília, DF, 1º de agosto de 1977. CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - HUMBERTO ESMERALDO BARRETO - Presidente; DISTRITO FEDERAL - ELMO SEREJO FARIAS - Governador; BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A - HÉLIO RIBEIRO DE OLIVEIRA - Presidente; LUIZ FELIPPE CORREA DE AZEVEDO - Diretor; TESTEMUNHAS; ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO; EURO BRANDÃO; IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA; FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE.

TERMO DE ADITAMENTO AO CONVENIO CELEBRADO, EM 11 DE MARÇO DE 1977, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, TENDO POR OBJETO O REPARO E A ADAPTAÇAO DE PREDIOS ESCOLARES DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS, LOCALIZADOS NA REGIAO ADMINISTRATIVA DE BRASILIA E O REEQUIPAMENTO DA REDE DE ENSINO DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS, LOCALIZADOS NO DISTRITO FEDERAL PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇAO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 05 dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, embaixador, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Educação e Cultura, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº. 019.750/77, e, do outro, a FUNDAÇAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominada simplesmente FUNDAÇAO, no ato representada pelo seu Diretor - Executivo, Senhor EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, autorizado pela Resolução nº. 155/77 - CD, de 14 de julho de 1977, resolvem firmar o presente termo aditivo, mediante as seguintes cláusulas: CLAUSULA PRIMEIRA - Através do presente termo fica aditado o convênio celebrado entre o DISTRITO FEDERAL e a FUNDAÇAO, em 11 de março de 1977, lavrado às fls. 169/171 - V do livro nº. 09, de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, objetivando incumbir à FUNDAÇAO a execução físico financeira dos recursos destinados às obras de reparo e adaptação de prédios escolares de primeiro e segundo graus, da rede oficial de ensino localizados na Região Administrativa de Brasília, bem como à aquisição de equipamentos e material permanente para reequipamento das unidades escolares, da rede oficial de ensino de primeiro e segundo graus do Distrito Federal. CLAUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, transferirá à FUNDAÇAO, para a execução deste aditivo, a importância de Cr$ 1.378.000,00 (hum milhão, trezentos e setenta e oito mil cruzeiros). CLAUSULA TERCEIRA - O valor estipulado na Cláusula Terceira do convênio principal, firmado em 11 de março de 1977, será suplementado com a importância de Cr$ 1.378.000,00 (hum milhão, trezentos e setenta e oito mil cruzeiros), para perfazer um total de Cr$ 8.878.000,00 (oito milhões, oitocentos e setenta e oito mil cruzeiros). CLAUSULA QUARTA - Os recursos para complementar a importância referida na cláusula anterior são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício, Lei nº. 6.396, de 09 de dezembro de 1976, vinculada ao Projeto SEC - 1.075 - Reequipamento da Rede de Ensino de Primeiro Grau, in-

corporados ao Orçamento do Distrito Federal, no exercício de 1977, através do Decreto nº. 3.367 de 28 de abril de 1977, correndo à conta do Elemento 4.1.3.0. EQUIPAMENTOS E INSTALAÇOES, 4.1.4.0- MATERIAL PERMANENTE, conforme Notas de Empenhos nº.s. 213/77 e 214/77, nos valores de Cr$ 689.000,00 (seiscentos e oitenta e nove mil cruzeiros) e Cr$ 689.000,00 (seiscentos e oitenta e nove mil cruzeiros), respectivamente, emitidas pela Secretaria de Educação e Cultura. CLAUSULA QUINTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLAUSULA SEXTA - Permanecem ratificadas e inalteradas no que couberem as demais cláusulas e disposições do convênio principal ora aditado. CLAUSULA SÉTIMA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no DIARIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às expensas da FUNDAÇAO. CLAUSULA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em folhas que integrarão livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo:

PELO DISTRITO FEDERAL: (as) WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO; PELA FUNDAÇAO: (as.) EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS, TESTEMUNHAS: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHAES, (as.) IVAN GOMES RIBEIRO.VISTO: Em; 08/08/77 - JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º. Subprocurador Geral do DF.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, TENDO POR OBJETO A CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO DA REDE DE ENSINO DE 2º. GRAU, LOCALIZADA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRASILIA.

Aos 05 dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, embaixador, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Educação e Cultura, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº. 020.453/77 - GDF, e, do outro, a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO, no ato representada pelo seu Diretor - Executivo, Senhor EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS. brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, autorizado pela Resolução nº. 156/77 - CD, de 14 de julho de 1977, resolvem firmar o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA- Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL incumbe à FUNDAÇÃO a execução físico- financeira dos recursos destinados à complementação das obras do Ginásio do Setor Noroeste - GISNO, localizado à Avenida W- 5 Norte, Quadra 907, PARÁGRAFO ÚNICO - A obra mencionada nesta cláusula, poderá ser executada diretamente pela FUNDAÇÃO, se assim julgar conveniente, ou ainda, contratar com terceiros a sua execução, ou mediante convênio com outras entidades do Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor do presente convênio é de Cr$ 3.779.752,81 (três milhões, setecentos e setenta e nove mil, setecentos e cinqüenta e dois cruzeiros e oitenta e um centavos), recursos estes procedentes da operação de crédito assinada em 1º. de fevereiro de 1977, com a Caixa Econômica Federal, e incorporados ao Orçamento do Distrito Federal - Secretaria de Educação e Cultural, através do Decreto nº. 3.638, e detalhados pelo Decreto nº. 6.639, ambos de 06 de abril de 1977, e correrão à conta dos seguintes elementos: 4.1.2.0 - SERVIÇOS EM REGIME DE PROGRAMAÇÃO ESPECIAL; 4.1.1.0 - OBRAS PÚBLICAS; Projeto SEC - 1.148 - Construção, Ampliação, Transformação e Adaptação da Rede de Ensino de 2º. Grau, conforme Nota de Empenho nº. 231/77 - SEC, emitida pela Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. CLÁUSULA TERCEIRA - A importância, mencionada na cláusula anterior, será entregue à FUNDAÇÃO pelo DISTRITO FEDERAL, respeitado o Cronograma de desembolso da Secretaria de Finanças. CLÁUSULA QUARTA - A FUNDAÇÃO manterá o quantitativo recebido em conta- corrente aberta no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins estabelecidos no presente Convênio, ficando o início dos serviços pertinentes às obras e seu andamento, condicionados ao prévio recolhimento dos recursos, na forma estipulada na Cláusula Terceira do presente instrumento. CLÁUSULA QUINTA - O DISTRITO FEDERAL dará, sempre que solicitado, sua assistência à FUNDAÇÃO, e, poderá fiscalizar a execução do presente convênio, por intermédio de representantes credenciados. CLÁUSULA SEXTA - A supervisão das obras caberá à Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA SÉTIMA - A FUNDAÇÃO fica dispensada do recolhimento de caução para garantia da boa execução das obras, nos termos do artigo 135, do Decreto- Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967. CLÁUSULA OITAVA - Os serviços, para execução da obra prevista na Cláusula Primeira, serão executados com observância das normas contidas no Decreto nº.73.140, de 09 de novembro de 1973, Decreto - Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967, bem como das normas de execução orçamentária e financeira vigentes. CLÁUSULA NONA - A FUNDAÇÃO prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, das importâncias que lhe forem entregues, uma vez terminada a execução deste Convênio. CLÁUSULA DÉCIMA - Este convênio poderá ser aditado, alterado, renovado, prorrogado ou rescindido de comum acordo entre as partes, desde que a parte interessada se manifeste com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do seu término. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, designará um executor para o presente convênio, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas normas de execução orçamentária e financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O prazo de vigência do presente convênio será de 06 (seis) meses, contados da data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às expensas da FUNDAÇÃO, expirando- se após o seu integral cumprimento. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - *Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumrpimento do presente instrumento.* E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusuas, lavrou- se o presente em folhas que integrarão livro próprio da 1ª. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo:

PELO DISTRITO FEDERAL: (as) WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO; PELA FUNDAÇÃO: (as) EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS; TESTEMUNHAS: (as) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES; (as) IVAN GOMES RIBEIRO; VISTO: Em, 08.08.77; JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º. Subprocurador Geral do DF.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, O DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA AOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE OFICIAL DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.

Aos 29 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelos Senhores Secretários do Governo e de Educação e Cultura, IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA e WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiros, casados, professor e embaixador, residentes e domiciliados nesta Capital, na qualidade de Secretários do Governo e de Educação e Cultura, respectivamente, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº. 016.860/77; a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO, neste ato representada pelo Senhor EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Diretor - Executivo, devidamente autorizado pelo Conselho Diretor da FUNDAÇÃO, através da Resolução nº. 182/77 - CD, de 29 de julho de 1977; e, do outro, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Autarquia criada pelo Decreto - lei nº.72, de 21 de novembro de 1966, doravante designado simplesmente INPS, neste ato representado pelo Senhor ATHOS LUIZ FERNANDES DEZONNE, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Superintendente Regional da Autarquia, resolvem firmar o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através das Secretarias do Governo e de Educação e Cultura, o INPS e a FUNDAÇÃO unirão esforços no sentido de prestar assistência odontológica aos alunos das escolas da rede oficial de ensino do Distrito Federal, com os recursos materiais e humanos de que dispuser a FUNDAÇÃO. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atendimento de que trata a presente cláusula deverá atingir, prioritariamente, em 1977, a dentição permanente de alunos na faixa etária de 06 (seis) a 07 (sete) anos, sendo nos anos subseqüentes de caráter incremental. PARÁGRAFO SEGUNDO - A assistência prevista nesta cláusula inclui tratamento e procedimento odontológicos que deverão obedecer, integralmente, as normas que regulamentam a matéria, emanadas do INPS. CLÁUSULA SEGUNDA - A FUNDAÇÃO obedecerá as normas técnicas e administrativas do INPS, relativas à modalidade de assistência prestada. CLÁUSULA TERCEIRA - A FUNDAÇÃO compromete- se a: I) - manter os seus serviços odontológicos em perfeitas condições de funcionamento e suficientemente supridos de pessoal e material; II) - zelar pela boa qualidade dos serviços prestados; III) - manter em arquivo as fichas odontológicas (SAM - 76) dos alunos atendidos, obedecendo, nos registros, as normas técnicas expedidas pelo INPS; IV) - elaborar mapas estatísticos mensais dos serviços prestados, de conformidade com indicação do INPS, em 02 (duas) vias; V) - encaminhar uma via do mapa estatístico à Secretaria do Governo e a outra ao INPS; VI) - assegurar ao INPS facilidades, para que este proceda a supervisão e fiscalização das prestações de serviços objeto do presente convênio. CLÁUSULA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL, através das Secretarias do Governo e de Educação e Cultura, deverá *elaborar, em conjunto com a FUNDAÇÃO, a programação de assistência* odontológica de que trata a Cláusula Primeira e acompanhar sua execução. CLÁUSULA QUINTA - O INPS participará do custeio dos serviços odontológicos a cargo da FUNDAÇÃO, mediante o pagamento de uma subvenção anual, no valor de Cr$ 3.154.924,80 (três milhões, cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e vinte e quatro cruzeiros e oitenta centavos) que serão transferidos à FUNDAÇÃO em 12 (doze) parcelas iguais, no valor de Cr$ 262.910,40 (duzentos e sessenta e dois mil novecentos e dez cruzeiros e quarenta centavos). PARÁGRAFO PRIMEIRO - O cálculo da subvenção será efetuado sempre em função do valor "per capita" segurado e da clientela definida para o atendimento, segundo normas do INPS. PARÁGRAFO SEGUNDO - No cálculo dos valores constantes do "caput" desta cláusula, foram utilizados os seguintes valores: I) - 1/3 do valor "per capita" segurado (1/3 de Cr$ 4,80 igual Cr$ 1,60); II) - clientela total: 202.115; III) - clientela para o INPS (81,3% de 202.115) igual 164.319; IV) - subvenção mensal (164.319 x Cr$ 1,60) igual 262.910,40; V) - subvenção anual (12 x 262.910,40) igual Cr$ 3.154.924,80. PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor do Convênio será reajustado sempre que ocorrer uma variação na clientela e/ ou no valor "per capita" do segurado. PARÁGRAFO QUARTO - Os recursos para o presente Convênio são oriundos do Orçamento do INPS, correndo à conta do Elemento 313 - Subelemento 08 - Subatividade 32. PARÁGRAFO QUINTO - O pagamento do subsídio, referente ao mês vencido, será efetuado pelo INPS à FUNDAÇÃO, até o dia 10 (dez) do mês subseqüente. CLÁUSULA SEXTA - Para os fins previstos no artigo 382 do RRPS, o INPS fará publicar em seu Boletim de Serviço Local, o resumo do presente Convênio. CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Convênio poderá ser aditado, renovado, prorrogado ou rescindido de comum acordo entre as partes, desde que a interessada se manifeste com antecedência de 90 (noventa) dias antes do seu término. CLÁUSULA OITAVA - Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço Local do INPS e no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às expensas da FUNDAÇÃO, expirando - se 02 (dois) anos após a publicação do mesmo. CLÁUSULA NONA - O DISTRITO FEDERAL, através das Secretarias do Governo e de Educação e Cultura, designará um executor, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou- se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo:

PELO DISTRITO FEDERAL: (as) IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA; (as) WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO; PELA FUNDAÇÃO: (as) EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS; PELO INPS: (as) ATHOS LUIZ FERNANDES DEZONNE; TESTEMUNHAS: (as) ELMO SEREJO FARIAS; (as) LUIZ ASSUNÇÃO PARANHOS; VISTO: Em, 08.08.77. JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º. Subprocurador - Geral do DF.

TERMO DE ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO CELEBRADO EM 20 DE NOVEMBRO DE 1975, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS, TENDO COMO INTERVENIENTE A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS RELACIONADOS COM A EMISSÃO DE CARNÊS DOS CONTRIBUINTES DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS - ICM.

Aos 29 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete do Secretário de Finanças, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor FERNANDO TUPINAMBA VALENTE, brasileiro, casado, Economista, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Finanças, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 50.806/77, e, do outro o SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS, doravante denominado simplesmente SERPRO, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº. 33683111/0001, neste ato representado pelo Senhor JORGE JOSE NORONHA PINHO, brasileiro, casado, Técnico de Contabilidade, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de bastante Procurador do SERPRO, com a interveniência da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, doravante denominada simplesmente CODEPLAN, no ato representada pelo seu Superintendente, Senhor LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO, e pelo Diretor de Execução Operacional, Senhor OSVALDO JANOT FILHO, brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, resolvem firmar o presente ajuste, mediante as seguintes cláusulas: CLAUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento fica alterado o Convênio celebrado entre o DISTRITO FEDERAL e o SERPRO, em 20 de novembro de 1975, lavrado às Fls. 477/479, do livro nº. 21, renovado em 25 de outubro de 1976 e em 07 de janeiro de 1977, lavrado às fls. 40/42 e 258/261, do Livro nº. 26, respectivamente, de Registro de Contratos e Convênios da 1ª. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, objetivando a execução dos serviços de processamento de dados, relacionados com a emissão de Carnês dos Contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM, discriminados na Cláusula Primeira, do Termo de Renovação celebrado em 07 de janeiro de 1977. CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam alterados para Cr$ 15,38 (quinze cruzeiros e trinta e oito centavos) por Carnê emitido e confeccionado e Relatórios (B) e (C); e Cr$ 210,00 (duzentos e dez cruzeiros) por milheiro de DAE's (Documento de Arrecadação Estadual) em branco, os valores estabelecidos na Cláusula Quinta, do Termo de Renovação celebrado em 07 de janeiro de 1977. CLAUSULA TERCEIRA - O preço para fornecimento de capas de carnês, estabelecido na Cláusula Sexta, do Termo de Renovação de 07 de janeiro de 1977, passa a ser de Cr$ 780,00 (setecentos e oitenta cruzeiros) por milheiro. PARAGRAFO

ÚNICO - Quando for ultrapassado o número da DAE's por carnê, estipulado no Parágrafo Único da Cláusula Quinta, do Termo de Renovação de 07 de janeiro de 1 977, o DISTRITO FEDERAL pagará ao SERPRO a importância de Cr$ 0,68 (sessenta e oito centavos), por DAE adicional emitido. CLAUSULA QUARTA - Os serviços executados a que se refere o Parágrafo Primeiro da Cláusula Oitava, do Termo de Renovação de 07 de janeiro de 1 977, serão entregues ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretária de Finanças, acompanhados por NS, em 3 (três) vias, contendo: a) identificação do documento contratual (quando houver); b) quantidade total e a discriminação dos serviços. CLAUSULA QUINTA - Através do presente instrumento, compete à CODEPLAN, como interveniente, acompanhar os serviços mencionadas na Cláusula Primeira deste Termo. CLAUSULA SEXTA - Ficam ratificadas, no que couberem, todas as demais cláusulas e condições do Convênio principal e seus Termos de Renovação. CLAUSULA SETIMA - O *presente Termo de Alteração entrará* em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas do DISTRITO FEDERAL. CLAUSULA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, por estarem justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já qualificadas e testemunhas abaixo:

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; PELO SERPRO: (as.) JORGE JOSÉ NORONHA PINHO; PELA CODEPLAN: (as.) LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO e OSVALDO JANOT FILHO; TESTEMUNHAS: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e IVAN GOMES RIBEIRO - VISTO: Em, 02/08/77 - JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador Geral do DF

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA XEROX DO BRASIL S/A., OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE UMA COPIADORA MODELO 4.000, INSTALADA NO PALÁCIO DO BURITI, NA FORMA ABAIXO.

Aos 22 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete Civil do Governo do Distrito Federal, presentes, de um lado , o DISTRITO FEDERAL, neste ato representado pelo Senhor JORGE DA MOTTA E SILVA, brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Chefe do Gabinete Civil do Governo do Distrito Federal, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 000.141/77, e, do outro, a firma XEROX DO BRASIL S/A., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 33.227.042/0006, através de sua filial de Brasília, localizada no CS 03, Bloco "A", nºs 85/89, do Edifício Santa Fé, doravante denominada simplesmente LOCADORA, neste ato representada pelo Senhor SEBASTIÃO ALVES RIBEIRO, *brasileiro, casado, comerciário, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de gerente*, resolvem firmar o presente contrato mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA- Pelo presente instrumento, a LOCADORA dá em locação ao DISTRITO FEDERAL, através do Gabinete Civil do Governo do Distrito Federal, uma copiadora modelo 4.000, instalada no Palácio do Buriti. CLÁUSULA SEGUNDA- Fica assegurado à LOCADORA, para cada calendário, a percepção de um aluguel mínimo mensal no valor de Cr$ 7.133,50 (sete mil, cento e trinta e três cruzeiros e cinquenta centavos), incluída a taxa fixa mensal de Cr$ 1.257,00 (hum mil, duzentos e cinquenta e sete cruzeiros), equivalente a 8.500 impressões em copiado, ao preço unitário como a seguir discriminado: I) COPIADO- até 1.000 cópias de um mesmo original, preço por cópia Cr$ 1,14.0 (um cruzeiro e quatroze centavos) copias/ mês; Cr$ 0,93.3 (noventa e três centavos e três décimos) por cópia, de 1.001 a 2.000 cópias/ mês; Cr$ 0,72.6 (setenta e dois centavos e seis décimos) por cópia, de 2.001 a 4.000 cópias/ mês; Cr$ 0,53.6 (cinquenta e três centavos e seis décimos) por cópia, de 4.001 a 8.000 cópias/ mês, além de 8.000 cópias, Cr$ 0,41.5 (quarenta e um centavos e cinco décimos) cópias/ mês. II)- DUPLICAÇÃO- mais de 10 (dez) cópias de um mesmo original, Cr$ 0,29.4 (vinte e nove centavos e quatro décimos). PARÁGRAFO ÚNICO- Para os períodos inferiores a 01 (um) mês, o aluguel mínimo mensal, incluindo a taxa referida nesta cláusula, será calculada "pro rata tempore", estabelecido o seu valor na base de dias efetivos do mês. CLÁUSULA TERCEIRA- As condições de aluguel estabelecidas na cláusula anterior são passíveis de reajustamento, desde que autorizado pelo Conselho Interministerial de Preços- CIP. CLÁUSULA QUARTA- A importância estimada do presente contrato é de Cr$ 72.120,00 (setenta e dois mil, cento e vinte cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício- Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, correndo a despesa à conta do Elemento: 3.1.3.0- SERVIÇOS DE TERCEIROS, conforme Nota de Empenho nº. 079/77, emitida pelo Gabinete Civil do Governo do Distrito Federal. CLÁUSULA QUINTA- O preço da locação não inclui o do papel, tonalizador, revelador e outros materiais de consumo, nem do cilindro xerográfico, cuja aquisição será paga à parte, reservando- se a LOCADORA o direito de fixar quantidades mínimas para cada pedido. PARÁGRAFO PRIMEIRO- A carcaça do cilindro xerográfico substituído deverá ser devolvido à LOCADORA. CLÁUSULA SEXTA- Os pagamentos dos materiais de consumo entendem- se sempre devidos no ato, salvo condições de crédito concedido pela LOCADORA ao DISTRITO FEDERAL, a serem estabelecidas através da correspondência trocada entre as partes, que passará o integrar este ajuste independentemente de transcrição. CLÁUSULA SÉTIMA- O faturamento do aluguel mínimo mensal se referirá, sempre, ao mês da emissão da fatura, enquanto que as importâncias correspondentes às cópias excedentes a esse mínimo, serão faturadas por mês vencido. PARÁGRAFO ÚNICO- O DISTRITO FEDERAL, através do Gabinete Civil do Governo do Distrito Federal, obriga- se ao pagamento pontual de aluguéis e faturas, de fornecimento de materiais de consumo e cilindros xerográficos. O não cumprimento desta condição implicará no corte de fornecimento de materiais e no desligamento temporário da máquina, podendo dar margem à rescisão do contrato, a critério da LOCADORA. CLÁUSULA OITAVA- Se por razões justificáveis, a leitura a que se refere o Parágrafo Único da cláusula anterior, não puder ser feita em determinado mês, a LOCADORA *apresentará o faturamento pela média mensal dos últimos 2 (dois) meses*, e fará o acerto respectivo após a medição do mês subsequente. CLÁUSULA NONA- Obriga- se o DISTRITO FEDERAL, através do Gabinete Civil do Governo do Distrito Federal, a: I) usar a máquina corretamente, mantendo- a no local instalado, não removendo- a sem prévio consentimento da LOCADORA, por escrito, arcando com o ônus de eventual remoção e religação; II) manter bem visíveis as placas que especifiquem o modelo, propriedade, número, serie e marca da máquina, não introduzindo modificações de espécie alguma; III) defender todos os direitos de propriedade e posse da LOCADORA de qualquer intervenção ou violação, por terceiros, na máquina; IV) notificar imediatamente, a LOCADORA de qualquer intervenção ou violação, por terceiros, na máquina; V) permitir o acesso de pessoal autorizado da LOCADORA para leitura dos medidores, manutenção ou reparos e, ainda, o seu desligamento ou remoção, nas hipóteses cabíveis; VI) responsabilizar- se por qualquer dano, prejuízo ou inutilização da máquina, decorrentes do descumprimento das responsabilidades previstas nesta cláusula: CLÁUSULA DÉCIMA- Constituem obrigações da LOCADORA: I) encarregar- se da manutenção técnica da máquina, reparando e/ ou substituindo, durante o horário normal de expediente, partes afetadas pelo uso normal, à exceção do cilindro xerográfico, que ao ser substituído será pago pelo DISTRITO FEDERAL, através do Gabinete Civil; II) prestar, sem ônus para o DISTRITO FEDERAL os serviços mencionados no item anterior desta cláusula, reservando- se, porém, o direito de cobrá- los quando executados fora do horário normal de expedientes; III) promover treinamento específico, em suas dependências, sem ônus, de servidor do DISTRITO FEDERAL designado como operador chave do equipamento, devendo a substituição deste funcionário ser comunicada imediatamente à LOCADORA. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- O inadimplemento, por qualquer das partes, das obrigações ora contraídas, dará ensejo à rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial. PARÁGRAFO PRIMEIRO- Poderá ser aceita a rescisão proposta pelo DISTRITO FEDERAL, através do Gabinete Civil, sem a obrigação de indenizar a LOCADORA, caso haja conveniência ou necessidade comprovada, cabendo, no caso, a imediata devolução da máquina. PARÁGRAFO SEGUNDO- Ocorrendo motivo de força maior ou caso fortuito, nos termos do artigo 1.058 do Código Civil, os contratantes ficam exonerados do cumprimento das suas obrigações enquanto perdurarem tais circunstâncias. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- A tolerância da LOCADORA em receber com atraso qualquer das importâncias que lhe forem devidas pelo DISTRITO FEDERAL, através do Gabinete Civil, ou relativa ao cumprimento das obrigações, não poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- Qualquer *comunicação entre as partes, somente será levada em consideração quando feita por escrito*, excetuando- se as solicitações para atendimento dos reparos e/ ou substituições, previstos na Cláusula Décima, item I, deste termo. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- Fica a LOCADORA sujeita, caso se torne inadimplente, às penalidades previstas no artigo 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- O DISTRITO FEDERAL, através do Gabinete Civil, designará um executor para o presente contrato, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- Este contrato poderá ser prorrogado, renovado, alterado, aditado ou rescindido por mútuo acordo de vontades, desde que a parte interessada se manifeste com 60 (sessenta) dias de antecedência do seu término. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- Este contrato entrará em vigor a partir da data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às expensas da LOCADORA, expirando- se em 31 de dezembro de 1977. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou- se o presente livro proprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) JORGE DA MOTTA E SILVA- PELA LOCADORA (as.) SEBASTIÃO ALVES RIBEIRO- TESTEMUNHAS 1) (as.) IVAN GOMES RIBEIRO- 2) (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES- VISTO: Em, 08/08/77- JÚLIO CÉSAR SANTOS- 1º Subprocurador Geral do DF

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA XEROX DO BRASIL S/A, OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE UMA COPIADORA MODELO 3.100, INSTALADA NO SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 07 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Superintendência do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana do Distrito Federal, presentes de um lado o Distrito Federal, neste ato representado pelo Senhor PAULO CESAR CUNTIN FILPO, brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Superintendente do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 335014/77 e do outro, a Firma XEROX DO BRASIL S/A, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 33227042/0006, através de sua filial de Brasília, localizada no CS- 03, Bl. "A" nºs 85/89, do Edifício Santa Fé, doravante denominada simplesmente LOCADORA, neste ato representada pelo Senhor SEBASTIÃO ALVES RIBEIRO, brasileiro, casado, comerciário, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Gerente, resolvem firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA- Pelo presente instrumento, a LOCADORA dá em locação ao Distrito Federal, através da Superintendência do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, *uma copiadora modelo 3.100, instalada* naquele órgão. CLÁUSULA SEGUNDA- Fica assegurado à LOCADORA, para cada calendário, a percepção de um aluguel mínimo mensal no valor de Cr$ 4.266,00 (quatro mil, duzentos e sessenta e seis cruzeiros), incluída a Taxa fixa mensal de Cr$ 1.067,00 (hum mil e sessenta e sete cruzeiros), equivalente a 4.000 (quatro mil) impressões em copiado, ao preço unitário como a seguir discriminado: I) Copiado- até 1.000 (hum mil) cópias de um mesmo original preço por cópia Cr$ 1,03,4 (hum cruzeiro três centavos e quatro décimos) cópias/mês; Cr$ 0,84.7 (oitenta e quatro centavos e sete décimos) por cópia, de 1.001 a 2.000 cópias/ mês; Cr$ 0,65.9 (sessenta e cinco centavos e nove décimos) por cópia, de 2.001 a 4.000 cópias/ mês; Cr$ 0,48.6 (quarenta e oito centavos e seis décimos) por cópia, de 4.001 a 8.000 cópias/ mês; além de 8.000 cópias, Cr$ 0,37.7 (trinta e sete centavos e sete décimos) cópias/mês; Duplicação- mais de 10 (dez) cópias de um mesmo original, Cr$ 0,26.7 (vinte e seis centavos e sete décimos) por cópia. PARÁGRAFO ÚNICO- Para os períodos inferiores a 01 (um) mês, o aluguel mínimo mensal, incluindo a taxa referida nesta cláusula, será calculada "pro rata tempore", estabelecido o seu valor na base de dias efetivos do mês. CLÁUSULA TERCEIRA- As condições de aluguel estabelecidas na cláusula anterior são passíveis de reajustamento, desde que autorizado pelo Conselho Interministerial de Preços- CIP. CLÁUSULA QUARTA- O valor estimativo do presente contrato é de Cr$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil cruzeiros) recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício- Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, correndo a despesa à conta do Elemento 3.1.3.0- Serviços de Terceiros, conforme Nota de Empenho nº 279/77, emitida por estimativa pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana. CLÁUSULA QUINTA- O preço da locação não inclui o do papel, tonalizador, revelador e outros materiais de consumo, nem o do cilindro xerográfico, cuja aquisição será paga à parte, reservando- se a LOCADORA o direito de fixar quantidades mínimas para cada pedido. PARÁGRAFO ÚNICO- A carcaça do cilindro xerográfico substituído deve ser devolvido à LOCADORA. CLÁUSULA SEXTA- Os pagamentos dos materiais de consumo entendem- se sempre devidos no ato, salvo condições de crédito concedido pela LOCADORA ao Distrito Federal, a serem estabelecidas, através da correspondência trocada entre as partes, que passará a integrar este ajuste independentemente de transcrição. CLÁUSULA SÉTIMA- O faturamento do aluguel mínimo mensal se referirá, sempre, ao mês *da emissão da fatura*, enquanto que as importâncias correspondentes às cópias excedentes a esse mínimo, serão faturadas por mês vencido. PARÁGRAFO ÚNICO- O Distrito Federal, através do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana , obriga- se ao pagamento pontual de aluguéis e faturas de fornecimento de materiais e consumo e cilindros xerográficos. O não cumprimento destas condições implicará no corte de fornecimento de materiais e no desligamento temporário da máquina, podendo dar margem à rescisão do contrato, a critério da LOCADORA. CLÁUSULA OITAVA- Se por razões justificáveis, a leitura a que se refere o Parágrafo Único da cláusula anterior, não puder ser feita em determinado mês, a LOCADORA apresentará o faturamento pela média mensal dos últimos 02 (dois) meses, e fará o acerto respectivo após a medição do mês subsequente. CLÁUSULA NONA- Obriga- se o Distrito Federal, através do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, a: I) usar a máquina corretamente, mantendo- a no local instalado não removendo- a sem prévio consentimento da LOCADORA, por escrito, arcando com o ônus de eventual remoção e religação; II) manter bem visíveis as placas que especifiquem o modelo, propriedade, número, série e marca da máquina, não introduzindo modificações de espécie alguma; III) defender todos os direitos de propriedade e posse da LOCADORA sobre a máquina; IV) notificar imediatamente a LOCADORA de qualquer intervenção ou violação por terceiros na máquina; V) permitir o acesso de pessoal autorizado da LOCADORA para a leitura dos medidores, manutenção ou reparos e ainda, o seu desligamento ou remoção, nas hipóteses cabíveis; VI) responsabilizar- se por qualquer dano, prejuízo ou inutilização da máquina, decorrentes do descumprimento dos responsabilidades previstas nesta cláusula. CLÁUSULA DÉCIMA- Constituem obrigações da LOCADORA: I) encarregar- se da manutenção técnica da máquina reparan-

do e/ ou substituindo, durante o horário normal de expediente, partes afetadas pelo uso normal, à exceção do cilindro xerográfico, que ao ser substituído será pago pelo Distrito Federal, através do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana; II) prestar sem ônus para o Distrito Federal, através do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, os serviços mencionados no ítem anterior desta cláusula, reservando- se porém, o Direito de cobrá- los quando executados fora do horário normal de expediente; III) promover treinamento específico, em suas dependências, sem ônus de servidor do Distrito Federal designado como operador-chave do equipamento, devendo a substituição deste funcionário ser comunicada imediatamente à LOCADORA; CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- O inadimplemento por qualquer das partes, das obrigações ora contraídas dará ensejo à rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial. PARÁGRAFO PRIMEIRO- Poderá ser aceita a rescisão proposta pelo Distrito Federal, através do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, sem a obrigação de indenizar a LOCADORA, caso haja conveniência ou necessidade comprovada, cabendo, no caso, a imediata devolução da máquina. PARÁGRAFO SEGUNDO- Ocorrendo motivo de força maior ou caso fortuito, nos termos do art. 1.058 do Código Civil, os contratantes ficam exonerados do cumprimento das suas obrigações, enquanto perdurarem tais circunstâncias. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- A tolerância da LOCADORA em receber com atraso qualquer das importâncias que lhe forem devidas pelo Distrito Federal, através do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, ou relativa ao cumprimento das obrigações, não poderá ser entendida como aceitação novação ou precedente. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- Qualquer comunicação entre as partes, somente será levada em consideração quando feita por escrito, executando- se as solicitações para atendimento dos reparos e/ ou substituições, previstos na Cláusula Décima, ítem I, deste Termo. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- Fica a LOCADORA sujeita, caso se torne inadimplente, às penalidades previstas no art. 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- O Distrito Federal, através do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana designará um executor para o presente contrato, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira em vigor. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- Este contrato poderá ser prorrogado, renovado, alterado, aditado ou rescindido por mútuo acordo de vontades, desde que a parte interessada se manifeste com 60 (sessenta) dias de antecedência do seu término. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- Este contrato entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal às expensas da LOCADORA, expirando em 31 de dezembro de 1977. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou- se o presente em Livro próprio da 1a. Subprocuradoria- Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas já mencionadas e testemunhas abaixo.
PELO DISTRITO FEDERAL (as.) PAULO CESAR CUNTIN FILPO- PELA LOCADORA (as.) SEBASTIÃO ALVES RIBEIRO- TESTEMUNHAS (as.) IVAN GOMES RIBEIRO- VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES- VISTO: Em, 04/08/77 - JÚLIO CÉSAR SANTOS- 1º Subprocurador Geral do DF

TERMO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DE SEU CORPO DE BOMBEIROS E O MÉDICO FRANCISCO JOÃO MACHADO PEIXOTO, NA FORMA ABAIXO.

Aos 18 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete do Comando - Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, presentes, de um lado, o Distrito Federal, no ato representado pelo Comandante Geral daquela Corporação, Coronel ANTONIO SOLLERO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência do Governador, expressamente exarada no Processo nº 380127/76, e do outro, o médico FRANCISCO JOÃO MACHADO PEIXOTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, CRM/DF nº 2490, CPF nº 074390751/53, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem firmar o presente Contrato de Trabalho por prazo determinado, na forma do Art. 443, Parágrafo Segundo, Alínea "a", da Consolidação das Leis Trabalhistas, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O CONTRATADO obriga - se a prestar para o Distrito Federal, através do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, seus serviços profissionais de Médico, na especialidade de Clínica Geral, num total de 24 (vinte e quatro) horas semanais, obedecida a escala previamente fixada, sob o regime de tutela da Consolidação das Leis Trabalhistas e Legislação complementar. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor do presente Contrato é de Cr$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos cruzeiros), recursos estes provenientes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício - Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976 e correrão à conta do Elemento 3.1.1.1 - Pessoal Civil, conforme Nota de Empenho nº 257/77, emitida pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no valor de Cr$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos cruzeiros). CLÁUSULA TERCEIRA - O CONTRATADO vencerá, mensalmente um salário de Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), pagos até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, nos Termos do Parágrafo Único, do art. 459, da Consolidação das Leis Trabalhistas, feitas, as deduções e descontos previstos da Legislação pertinente, bem como 1/2 (um meio) do décimo terceiro salário. CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATADO obriga - se a aceitar sua designação inicial ou posterior, para exercício, em qualquer Unidade, dependência ou repartição do Corpo de Bombeiros, área do Distrito Federal, assim como observar, no que couber, os Regulamentos da Corporação. CLÁUSULA QUINTA - As partes Contratantes é facultado rescindir o presente ajuste antes de expirado o prazo pactuado, sem a obrigação de indenizar, na forma do art. 481, da Consolidação das Leis Trabalhistas, bastando, para tanto, um aviso à outra parte com antecedência mínima de 01 (um) mês. CLÁUSULA SEXTA - Na hipótese do CONTRATADO causar quaisquer danos materiais ao Empregador, resultantes de dolo ou culpa, terá o montante descontado de sua remuneração, na forma do art. 462, da Consolidação das Leis Trabalhistas. CLÁUSULA SÉTIMA - Ao CONTRATADO, será pago o repouso semanal remunerado, obedecidas as disposições da Lei nº 605, de 05 de janeiro de 1949, e seu Regulamento aprovado pelo Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, com a alteração determinada pelo Decreto nº 28.066, de 27 de abril de 1950, já incluído no salário mencionado na Cláusula Terceira. CLÁUSULA OITAVA - Fica expressamente declarada neste ato, à ciência do CONTRATADO de que não lhe é aplicável a Legislação de regência dos funcionários públicos dos Quadros do Pessoal do Distrito Federal, nem dos Quadros de Oficiais BM Médicos em especial no que se refere a vencimentos ou remuneração, jornada de trabalho, afastamentos, regime disciplinar ou qualquer outros direitos ou vantagens. CLÁUSULA NONA - A inadimplência de quaisquer das cláusulas do presente ajuste importará em justa causa, para sua plena rescisão, na forma da Consolidação das Leis Trabalhistas. CLÁUSULA DÉCIMA - O Distrito Federal, através do Corpo de Bombeiros, designará um executor para o presente Contrato, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente contrato terá o prazo de 06 (seis) meses, entrando em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas do CONTRATADO. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em folhas avulsas, que integrarão o Livro de Registro de Contrato e Convênios da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) ANTONIO SOLLERO; PELO CONTRATADO (as.) FRANCISCO JOÃO MACHADO PEIXOTO; TESTEMUNHAS (as.) IVAN GOMES RIBIERO e VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES - VISTO: Em, 03/08/77 - JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador - Geral do DF - (DAR - 03.08.77 - Cr$ 446,40)

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇAO E CULTURA
ADMINISTRAÇAO REGIONAL DE TAGUATINGA

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 19/77 - RA - III

Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 (nove) horas do dia 29 (vinte e nove) de agôsto de 1977, na sala de reuniões da Administração Regional, sito à Praça Central, serão recebidas e abertas pela Comissão de Licitação, propostas referentes ao fornecimento de material para o Comando de Reparos de Escolas de Taguatinga.

No endereço acima mencionado, acha - se à disposição dos interessados o Edital de Tomada de Preços, bem como outros esclarecimentos relativos.

Taguatinga, 04 de agôsto de 1977.

Engº. FERNANDO A. LAGES COTTA
Presidente da Comissão

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇAO E CULTURA
ADMINISTRAÇAO REGIONAL DE TAGUATINGA

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 20/77 - RA - III

Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 (nove) horas do dia 30 (trinta) de agôsto de 1977, na sala de reuniões da Administração Regional, sito à Praça Central, serão recebidas e abertas pela Comissão de Licitação, propostas referentes ao fornecimento de material para o comando de Reparos de Escolas de Taguatinga.

No endereço acima mencionado, acha - se à disposição dos interessados o Edital de Tomada de Preços, bem como outros esclarecimentos relativos.

Taguatinga, 04 de agosto de 1977

Engº. FERNANDO A. LAGES COTTA
Presidente da Comissão

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES

TAXIS NOTIFICADOS POR INFRAÇÕES AO ANEXO II DO REGULAMENTO APROVADO PELA PORTARIA Nº. 009 DE 24/04/75.

PLACAS

TX 0084 -0090 - 0114 -0137 - 0243 -0245 - 0395 - 0450 - 0477 - 0522- 0532 - 0844 - 0907 - 0951 - 1009 - 1054 - 1056 - 1139 - 1239 - 1256 - 1352 - 1365 - 1443 - 1502 - 1510 - 1607 - 1676 - 1688 - 1799 - 1806 - 1826 - 1884 - 1986 - 1993 - 1995 - 2057 - 2129 - 2262 - 2274 - 2317 - 2347 - 2415 - 2461 - 2524 - 2541 - 2668 - 2907 - 2956 - 3032 - 3087 - 3114 - 3213 - 3218.

Brasília - DF, 08 de agosto de 1977

JOAQUIM ARANTES NETO
Departamento de Concessões e Permissões
Diretor

IPTU E ISS

Regulamentos baixados pelos Decretos Nºs. 3.521 e 3.522,

de 28 de dezembro de 1976.

Publicados no suplemento do
DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

de 30.12.76.

Formato pequeno de fácil manuseio.

À VENDA
No andar térreo do Anexo do Buriti

Seção de Distribuição do DODF.

Preço - Cr$ 20,00.